

PLANO DE ~~3ª EDIÇÃO - 2026~~ CONTINGÊNCIA



DEFESA CIVIL
SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES



 **compdec**

PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. Decreto de Aprovação.....	5
1.2. Página de assinaturas.....	8
1.3. Registro de alterações.....	12
1.4. Instruções para Utilização do Plano	13
1.5. Diretrizes de Uso e Responsabilidades.....	13
1.6. Finalidade	14
1.7. Pressupostos do Planejamento	14
1.8. Instalação da Sala de Situação (Centro de Operações de Emergência).....	15
1.8.1. Finalidade	15
1.8.2. Conceito Operacional	15
1.8.3. Ativação	15
1.8.4. Localização e Estrutura.....	16
1.8.5. Composição	16
1.8.6. Organização Funcional (Alinhada ao SCO).....	17
1.8.7. Funcionamento Operacional.....	17
1.8.8. Painel de Situação (DASHBOARD).....	17
1.8.9. Fluxo de Informação.....	18
1.8.10. Comunicação Interna e Externa	18
1.8.11. Registro e Documentação	18
1.8.12. Desmobilização.....	19
1.9. Plano de Comunicação de Crise.....	19
1.9.1. Finalidade	19
1.9.2. Princípios da Comunicação	19
1.9.3. Estrutura de Comunicação	19
1.9.4. Fluxo de Comunicação	20
1.9.5. Porta-voz Oficial	20
1.9.6. Canais de Comunicação	20
1.9.7. Padrão de Comunicação	21
1.9.8. Frequência de Atualizações	21
1.9.9. Comunicação com a População	21

1.9.10.	Combate à Desinformação.....	21
1.10.	Integração com o sistema SIGERD	22
1.10.1.	Finalidade	22
1.10.2.	Conceito de Integração	22
1.10.3.	Funcionalidades Aplicadas ao Plano	22
1.10.3.1.	Monitoramento	22
1.10.3.2.	Gestão de Ocorrências.....	23
1.10.3.3.	Apoio ao SCO	23
1.10.3.4.	Gestão de Recursos	23
1.10.3.5.	Comunicação	23
1.10.4.	Sala de Situação Digital	23
1.10.5.	Fluxo Operacional Integrado.....	24
1.10.6.	Responsabilidades.....	24
1.10.7.	Diretrizes Operacionais	24
1.10.8.	Segurança da Informação	24
1.10.9.	Benefícios da Integração	25
2.	CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO	26
3.	ABRIGOS.....	28
3.1.	Quando ativar o Abrigo	28
3.2.	Sugestões para rotina dos abrigos.....	29
4.	CADASTRO DE RECURSOS	30
4.1.	Atualização e Manutenção	30
4.2.	Cadastro de Ações Operacionais	31
5.	MONITORAMENTO	33
5.1.	Diretriz Operacional	33
6.	ATIVAÇÃO DO PLANO	34
6.1.	Autoridade de Ativação.....	34
6.2.	Critérios para ativação	34
6.2.1.	Risco Geológico.	34
6.2.2.	Risco Hidrológico.....	35
6.3.	Procedimentos para ativação	36
6.4.	Prioridades na gestão da ocorrência	36
7.	DESMOBILIZAÇÃO DO PLANO.....	37
7.1.	Critérios para Desmobilização	37
7.2.	Autoridade para Desmobilização	37

7.3.	Procedimentos para Desmobilização	38
8.	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO DE OPERAÇÕES (SCO)	39
9.	ATRIBUIÇÕES E AÇÕES DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA	41
9.1.	Prevenção de Desastres	41
9.2.	Preparação para Desastres	42
9.3.	Resposta aos Desastres	42
9.4.	Atribuições dos Setores Envolvidos.....	43
9.5.	Atribuições Gerais.....	74
9.6.	Restauração da Normalidade	74
10.	UTILIZAÇÃO DOS CADERNOS	76
10.1.	Caracterização do Cenário.....	76
10.2.	Cadastro de Abrigos (Roxo)	76
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
ANEXO I		79
ANEXO II		81
Caderno de Risco Hidrológico		84
Caderno de Risco Geológico		94
Caderno de Abrigos		171

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLACON) do Município de Santa Maria de Jetibá, voltado aos cenários de movimento de massa, inundação, enxurrada e alagamento, estabelece as diretrizes, procedimentos e responsabilidades a serem adotados pelos órgãos e entidades envolvidos, direta ou indiretamente, na gestão de emergências e desastres naturais.

O presente Plano foi elaborado e validado pelos órgãos e instituições que compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, devidamente identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso institucional de atuar em conformidade com suas competências legais, bem como de implementar e manter as condições necessárias ao pleno desempenho das atribuições e ações previstas neste instrumento.

Este Plano de Contingência é elaborado em conformidade com:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Ordinária 1.935/2016;
- Lei Municipal nº 2.732/2023;
- Lei Municipal nº 2717/2023;
- Decreto Municipal nº 022/2023;
- Lei nº 2.614/2022;
- Lei Federal nº 12.608/2012;
- Normativas da SEDEC/Ministério da Integração;
- Legislação Estadual pertinente;
- Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR).

1.1. Decreto de Aprovação

Documento E-docs nº [2026-N75NFG](#)



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETO Nº 086/2026

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO E APROVAÇÃO DA 3ª EDIÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – PLACON – DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei orgânica municipal, e,

- considerando a Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;

- considerando a necessidade de atualização contínua dos instrumentos de gestão de riscos e desastres no âmbito municipal;

- considerando a ocorrência recorrente de eventos adversos no território municipal, especialmente relacionados a movimentos de massa, inundações, enxurradas e alagamentos;

- considerando a necessidade de aprimoramento dos procedimentos operacionais, integração entre os órgãos e incorporação de novas tecnologias de gestão;

- considerando a revisão, atualização e aperfeiçoamento do Plano de Contingência anteriormente vigente;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica aprovada a 3ª edição do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, 2026, – PLACON - do Município de Santa Maria de Jetibá, instrumento que estabelece diretrizes, procedimentos e responsabilidades para atuação em situações de emergência e desastres.

Art. 2º. A presente edição substitui integralmente as versões anteriores do Plano de Contingência, passando a vigorar como referência oficial para o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º. O PLACON constitui instrumento integrante da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil, devendo ser observado por todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, direta e indireta, bem como por instituições parceiras.

CAPÍTULO II DA EXECUÇÃO DO PLANO



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 4º Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC coordenar a execução, monitoramento e atualização do PLACON.

Art. 5º Os órgãos e entidades municipais deverão:

I – atuar conforme as atribuições previstas no PLACON;

II – disponibilizar recursos humanos e materiais necessários;

III – manter atualizados seus planos de chamada e contatos;

IV – garantir a prontidão operacional para atendimento às emergências;

V – atuar de forma integrada no âmbito do Sistema de Comando de Operações

– SCO;

CAPÍTULO III
DO SISTEMA DE COMANDO DE OPERAÇÕES

Art. 6º Fica instituído o Sistema de Comando de Operações – SCO como modelo de gestão a ser adotado nas situações de emergência e desastre no Município.

Art. 7º O SCO será ativado sempre que necessário, conforme a magnitude do evento, podendo ser ampliado ou reduzido de acordo com a evolução do cenário.

CAPÍTULO IV
DA SALA DE SITUAÇÃO

Art. 8º Fica instituída a Sala de Situação como núcleo estratégico de gerenciamento de crises, responsável pela coordenação das ações, monitoramento e apoio à tomada de decisão.

Art. 9º A Sala de Situação poderá operar de forma presencial ou virtual, devendo contar com infraestrutura adequada e integração com sistemas de informação.

CAPÍTULO V
DA INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA

Art. 10. O Sistema Integrado de Gestão de Riscos e Desastres – SIGERD será adotado como ferramenta oficial de apoio à gestão de riscos e desastres no Município.

Art. 11. Os órgãos municipais deverão alimentar e utilizar o sistema, garantindo a atualização das informações em tempo real.

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E AUDIÊNCIA PÚBLICA



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 12. O Plano de Contingência será submetido a processo contínuo de avaliação, revisão e atualização, com periodicidade mínima anual.

Art. 13. Nos termos do § 6º, o Plano deverá ser submetido à avaliação e prestação de contas anual, por meio de audiência pública, com ampla divulgação:

“§ 6º O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil será elaborado no prazo de 1 (um) ano, sendo submetido a avaliação e prestação de contas anual, por meio de audiência pública, com ampla divulgação.”

Art. 14. A audiência pública deverá ser realizada anualmente até o dia 30 de junho, preferencialmente após o período de maior incidência de eventos adversos.

Art. 15. Compete à COMPDEC:

- I – organizar a audiência pública;
- II – promover sua ampla divulgação;
- III – elaborar relatório técnico anual;
- IV – registrar as deliberações;
- V – propor atualizações do Plano;

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os órgãos municipais deverão promover capacitação contínua de seus servidores para atuação em situações de emergência.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os atos normativos que aprovaram versões anteriores do Plano de Contingência.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 30 de abril de 2026.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA
PREFEITO
GAB - SEGAB - PMSMJ
assinado em 01/05/2026 09:32:42 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 01/05/2026 09:32:42 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por IRENÍ ENDRINGER (SUPERINTENDENTE - SUPDO - SEGAB - PMSMJ)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-N75NFG>

1.2. Página de assinaturas

INSTITUIÇÃO	CARGO	NOME	CONTATO	ASSINATURA E-DOCS
Gabinete do Prefeito	Prefeito Municipal	RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA	Lista Interna	PREFEITO - GAB - SEGAB - PMSMJ
	Vice-Prefeito Municipal	RAFAEL BOZANI PIMENTEL	Lista Interna	VICE-PREFEITO - GVICE - SEGAB - PMSMJ
	Secretário de Gabinete	GERALDO SEBASTIÃO THOMAS	Lista Interna	SECRETARIO - GAB - SEGAB - PMSMJ
Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC	Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil	BRUNO AUGUSTO VIEIRA PAGEL	Lista Interna	COORDENADOR - CMPDC - SEDES - PMSMJ
Secretaria de Administração	Secretário de Administração	LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOÉ	Lista Interna	SECRETARIO - GABPP - SECPLA - PMSMJ
Secretaria de Planejamento e Projetos	Secretário de Planejamento e Projetos	LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOÉ	Lista Interna	SECRETARIO - GAD - SECADM-PMSMJ
Secretaria de Fazenda	Secretário de Fazenda	VALDECIR JACOB	Lista Interna	SECRETARIO - GAF - SEFAZ -

				PMSMJ
Gerência de Comunicação e Jornalismo	Gerente de Comunicação	NICOLAS VARGAS TEIXEIRA	Lista Interna	GERENTE - SUCOM - SECADM - PMSMJ
Secretaria Jurídica	Secretário Jurídico	CESAR GERALDO SCALZER	Lista Interna	SECRETARIO - GAJ - SECJUR - PMSMJ
Controladoria Geral Interna	Controlador Geral	PRISCILA JACOB KNAAK	Lista Interna	CONTROLADOR GERAL INTERNO - CG - CGI - PMSMJ
Secretaria de Educação	Secretária de Educação	VANUSA MARIA SARNAGLIA SCHEREDER	Lista Interna	SECRETARIO - GAE - SECEDU - PMSMJ
Secretaria de Saúde	Secretário de Saúde	CARLOS ALBERTO JARSKE	Lista Interna	SECRETARIO - GABSESA - SECSAU - PMSMJ
Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Ação Social	Secretária de Ação Social	SARIANNA GAVA WOELFFEL PIENEGONDA	Lista Interna	SECRETARIO - GABSETRADS - SETDAS – PMSMJ
Secretaria de Serviços Urbanos	Secretário de Serviços Urbanos	ALESSANDRO OLIVEIRA DE SOUZA	Lista Interna	SECRETARIO - GABSESU - SECURB – PMSMJ

Secretaria de Obras e Infraestrutura	Secretário de Obras e Infraestrutura	BRUNO AUGUSTO VIEIRA PAGEL	Lista Interna	SECRETARIO - GABSOI - SECOBR-PMSMJ
Secretaria de Agropecuária	Secretária de Agropecuária	VANDERLEI MARQUEZ	Lista Interna	SECRETARIO - GASEG - SECAGR - PMSMJ
Secretaria de Interior	Secretário de Interior	ADRIANO HAESE	Lista Interna	SECRETARIO - GABSIN - SECINT - PMSMJ
Secretaria de Meio Ambiente	Secretária de Meio Ambiente	MAYARA COUTO DE LIMA	Lista Interna	SECRETARIO - GSEMA - SECMAM - PMSMJ
Secretaria de Defesa Social	Secretário de Defesa Social	PAULO ROGERIO DO CARMO BARBOZA	Lista Interna	SECRETARIO - GABDS - SEDES - PMSMJ
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo - (6º BBM)	Comandante	FÁBIO SILVA FERREIRA	Lista Interna	FABIO SILVA FERREIRA (COMANDANTE DE UNIDADE FGBM-BM6BBM-CBMES - GOVES)
Polícia Militar do Espírito Santo - (8ª Cia Ind)	Comandante da Companhia Independente	THALES GUSTAVO PEREIRA MATIAS VAZ	Lista Interna	THALES GUSTAVO PEREIRA MATIAS VAZ (COMANDANTE

				DA COMPANHIA INDEPENDENTE-CIA IND FGPM-PM08CIAIND-PMES - GOVES)
Sociedade Civil de Bombeiros Voluntários – SCBV-SMJ	Presidente da SCBV-SMJ	ALEXANDRE FORTUNATO RIBEIRO	Lista Interna	CPF: ***.564.487-**
Radioamadores - REMER	Representante da REMER	CLEVERSON ALTIERRY CALLOTT	Lista Interna	CPF: ***.424.107-**

1.3. Registro de alterações

Data	Alteração	Observações
17/11/2011	Versão Inicial	-----
20/12/2011	Páginas 2,13,21,22,24,26,26	Acréscimo de sugestões e propostas
01/12/2021	2ª Versão	Reformulação completa do Plano
30/03/2026	3ª Versão	Aprimoramento da 2ª versão

1.4. Instruções para Utilização do Plano

O presente Plano de Contingência foi estruturado com enfoque prático e operacional, visando facilitar a consulta, a organização das informações e a tomada de decisão no âmbito municipal. Seu conteúdo está direcionado prioritariamente à gestão dos seguintes cenários de desastre: movimentos de massa, inundações, enxurradas e alagamentos.

Para otimizar a utilização do documento, recomenda-se sua impressão em cores, uma vez que as seções foram organizadas com diferenciação visual, permitindo identificação rápida das áreas temáticas e maior agilidade no manuseio durante situações de emergência.

1.5. Diretrizes de Uso e Responsabilidades

O Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil é o responsável pela coordenação inicial das ações de resposta, atuando como autoridade técnica na fase inicial do incidente. Compete a ele realizar a avaliação preliminar da ocorrência, acionar os órgãos competentes e mobilizar os recursos necessários para o atendimento imediato à população afetada.

O Gabinete de Gestão de Desastres é o órgão responsável pela coordenação estratégica das ações, atuando de forma integrada na condução da resposta ao evento adverso. Cabe a este gabinete deliberar sobre medidas operacionais, definir prioridades, articular os diversos órgãos envolvidos e assegurar a execução das ações planejadas.

Para a adequada composição do Gabinete de Gestão de Desastres, recomenda-se que seus integrantes possuam as seguintes competências:

- Capacidade de tomada de decisão sob pressão;
- Responsabilidade institucional e legal sobre os atos praticados;
- Habilidade de coordenação e articulação intersetorial;
- Organização e controle diante de múltiplas demandas simultâneas;

- Comprometimento com a eficiência e a resposta rápida às ocorrências;

1.6. Finalidade

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLACON) do Município de Santa Maria de Jetibá tem por finalidade estabelecer diretrizes, procedimentos e responsabilidades para a atuação coordenada dos órgãos e entidades envolvidos na resposta a emergências e desastres, seja de forma direta ou indireta.

O plano visa padronizar as ações relacionadas ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, contemplando atividades de socorro, assistência humanitária e reabilitação de cenários afetados, com o objetivo de reduzir danos humanos, materiais, ambientais e prejuízos socioeconômicos decorrentes de eventos adversos.

1.7. Pressupostos do Planejamento

Para a adequada operacionalização deste Plano, consideram-se as seguintes premissas e limitações:

- A capacidade de resposta dos órgãos de emergência mantém-se contínua, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados. Os demais órgãos municipais serão mobilizados por meio de plano de chamada previamente estabelecido, fora do horário regular de expediente;
- O tempo máximo desejável para mobilização interna dos órgãos envolvidos é de até 2 (duas) horas, independentemente do dia ou horário do acionamento;
- A mobilização de órgãos estaduais de resposta ocorrerá, em regra, no prazo de até 2 (duas) horas após a devida solicitação e autorização;
- O sistema de monitoramento deverá possibilitar a emissão de alertas com antecedência mínima recomendada de 1 (uma) hora para eventos críticos, tais como deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas e demais processos geológicos ou hidrológicos relevantes;
- Na hipótese de comprometimento dos sistemas convencionais de comunicação (telefonia e internet), deverão ser acionados, de forma imediata, meios

alternativos, incluindo a rede de radioamadores, REMER/SMJ, Decreto municipal nº 022/2023;

- Condições adversas, como período noturno ou condições meteorológicas severas, poderão restringir ou impedir o emprego de aeronaves nas operações;
- O tempo de permanência das equipes em operação será definido de acordo com a evolução do evento, a complexidade do cenário e as necessidades operacionais identificadas.

1.8. Instalação da Sala de Situação (Centro de Operações de Emergência)

1.8.1. Finalidade

A Sala de Situação constitui o ambiente físico ou virtual destinado à centralização das informações, coordenação das ações e apoio à tomada de decisão durante situações de emergência e desastre, funcionando como núcleo estratégico do Sistema de Comando de Operações (SCO).

Seu objetivo é garantir a integração entre os órgãos envolvidos, promover a gestão eficiente das informações e assegurar resposta coordenada, ágil e baseada em dados.

1.8.2. Conceito Operacional

A Sala de Situação atua como o principal ponto de comando e controle das operações, permitindo:

- Consolidação de informações em tempo real;
- Monitoramento contínuo dos cenários de risco;
- Coordenação das ações entre os órgãos envolvidos;
- Apoio à tomada de decisão estratégica;
- Comunicação integrada com a população e instituições;

1.8.3. Ativação

A Sala de Situação será ativada conforme os níveis operacionais do PLACON:

- Nível 1 – Monitoramento: ativação parcial (virtual);
- Nível 2 – Atenção: ativação híbrida (virtual + presencial);
- Nível 3 – Alerta: ativação presencial com equipe ampliada;
- Nível 4 – Emergência: ativação total, com funcionamento contínuo;

1.8.4. Localização e Estrutura

A Sala de Situação deverá estar instalada em local estratégico, com fácil acesso e infraestrutura adequada, podendo também operar em formato virtual por meio de plataformas digitais.

Estrutura mínima:

- Computadores com acesso à internet;
- Painel de monitoramento (mapas, dados e ocorrências);
- Sistema de comunicação (telefone, rádio, internet);
- Recursos audiovisuais (TV/monitor);
- Energia estável e alternativa (gerador, nobreak);
- Internet via satélite

1.8.5. Composição

A Sala de Situação será composta por representantes dos seguintes setores:

- Defesa Civil (coordenação geral);
- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria de Obras;
- Secretaria de Interior
- Secretaria de Serviços Urbanos;
- Secretaria de Assistência Social;

- Secretaria de Saúde;
- Comunicação;
- Segurança Pública (GCM, Polícia, Bombeiros);
- Outros órgãos conforme necessidade;

1.8.6. Organização Funcional (Alinhada ao SCO)

A Sala de Situação seguirá a estrutura do Sistema de Comando de Operações:

Comando

- Comandante do Incidente;
- Oficial de Informação Pública;
- Oficial de Segurança;
- Oficial de Ligação;

Seções

- Operações: execução das ações em campo;
- Planejamento: análise de dados e elaboração de estratégias;
- Logística: suporte e recursos;
- Administração/Finanças: controle de custos e registros;

1.8.7. Funcionamento Operacional

A Sala de Situação deverá operar com base nos seguintes procedimentos:

- Realização de reuniões periódicas de alinhamento (briefings);
- Atualização constante do cenário operacional;
- Registro de todas as decisões e ações;
- Monitoramento contínuo das áreas de risco;
- Coordenação direta com as equipes de campo;

1.8.8. Painel de Situação (DASHBOARD)

A Sala de Situação deverá dispor de painel com informações atualizadas, incluindo:

- Mapa do município com áreas de risco;
- Ocorrências em andamento;
- Recursos mobilizados;
- Situação meteorológica;
- Níveis de rios;
- Abrigos ativos;
- População afetada;

Preferencialmente, essas informações deverão ser integradas ao sistema SIGERD.

1.8.9. Fluxo de Informação

- Coleta de dados (monitoramento / campo);
- Registro no sistema (SIGERD);
- Análise pela equipe de planejamento;
- Validação pelo comando;
- Tomada de decisão;
- Disseminação das ordens operacionais;
- Atualização do painel de situação;

1.8.10. Comunicação Interna e Externa

- Comunicação interna via rádios, telefone e sistema digital;
- Comunicação externa centralizada pelo Oficial de Informação Pública;
- Emissão de boletins regulares à população;

1.8.11. Registro e Documentação

- Todas as ações deverão ser registradas;
- Elaboração de relatórios operacionais;
- Registro de decisões estratégicas;
- Arquivamento das informações para auditoria e prestação de contas;

1.8.12. Desmobilização

A desativação da Sala de Situação ocorrerá de forma gradual, conforme a redução do nível de risco, com:

- Redução da equipe operacional;
- Encerramento das atividades contínuas;
- Consolidação dos dados e relatórios;
- Avaliação pós-evento;

1.9. Plano de Comunicação de Crise

1.9.1. Finalidade

Estabelecer diretrizes, fluxos e responsabilidades para a comunicação oficial do Município em situações de emergência e desastres, garantindo informações claras, rápidas e confiáveis à população, à imprensa e aos órgãos envolvidos, com o objetivo de reduzir riscos, evitar desinformação e apoiar a tomada de decisão.

1.9.2. Princípios da Comunicação

A comunicação em situações de crise deverá observar os seguintes princípios:

- Rapidez: divulgar informações no menor tempo possível;
- Precisão: assegurar que as informações sejam corretas e verificadas;
- Transparência: manter a população informada de forma clara;
- Unicidade: centralizar a comunicação em fonte oficial;
- Acessibilidade: utilizar linguagem simples e canais amplos;
- Responsabilidade: evitar alarmismo e disseminação de informações não confirmadas;

1.9.3. Estrutura de Comunicação

A comunicação será coordenada dentro do Sistema de Comando de Operações (SCO), por meio da função:

Oficial de Informação Pública (OIP)

Responsabilidades:

- Centralizar a comunicação oficial;
- Elaborar e divulgar boletins;
- Atuar como interlocutor com a imprensa;
- Monitorar informações e combater fake news;
- Orientar a população quanto aos riscos e medidas de segurança;

1.9.4. Fluxo de Comunicação

- Monitoramento / Ocorrência
- Validação da informação (Defesa Civil / SCO)
- Definição da mensagem
- Aprovação (Comandante do Incidente / Prefeito, quando necessário)
- Divulgação oficial
- Atualizações periódicas

1.9.5. Porta-voz Oficial

O porta-voz será definido conforme a gravidade da situação:

- Situações de menor impacto: Coordenador da Defesa Civil;
- Situações de maior gravidade: Prefeito Municipal;
- Situações técnicas específicas: profissionais designados (engenheiros, saúde, etc.);

1.9.6. Canais de Comunicação

Os seguintes canais deverão ser utilizados de forma integrada:

- Redes sociais oficiais da Prefeitura;
- Canal de WhatsApp da Defesa Civil;
- Rádio local;

- Site institucional;
- Carros de som;
- Imprensa local e regional;

1.9.7. Padrão de Comunicação

As mensagens devem conter:

- Identificação do órgão emissor;
- Data e horário;
- Descrição objetiva da situação;
- Áreas afetadas;
- Orientações claras à população;
- Contatos oficiais;

1.9.8. Frequência de Atualizações

- Situação normal: conforme necessidade;
- Situação de alerta: 1 vez ao dia;
- Situação de emergência: 2 vezes ao dia;

1.9.9. Comunicação com a População

Deverão ser priorizadas orientações práticas, como:

- Evacuação de áreas de risco;
- Rotas seguras;
- Locais de abrigo;
- Cuidados preventivos;
- Telefones de emergência;

1.9.10. Combate à Desinformação

- Monitoramento de redes sociais;
- Identificação de boatos e fake news;

- Resposta rápida com informação oficial;
- Reforço da confiabilidade dos canais institucionais;

1.10. Integração com o sistema SIGERD

1.10.1. Finalidade

Estabelecer a integração entre o Plano de Contingência Municipal e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (SIGERD), com o objetivo de ampliar a capacidade de monitoramento, tomada de decisão e resposta operacional do Município, por meio do uso de tecnologia e dados em tempo real.

1.10.2. Conceito de Integração

O SIGERD atua como plataforma central de suporte à gestão de riscos e desastres, permitindo a consolidação, análise e compartilhamento de informações entre os órgãos envolvidos no Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Sua integração ao PLACON possibilita:

- Centralização das informações operacionais;
- Monitoramento contínuo de riscos;
- Registro e acompanhamento de ocorrências;
- Apoio à tomada de decisão baseada em dados;
- Comunicação integrada entre os setores;

1.10.3. Funcionalidades Aplicadas ao Plano

O SIGERD será utilizado como ferramenta de apoio nas seguintes frentes:

1.10.3.1. Monitoramento

- Registro de dados pluviométricos e meteorológicos;
- Monitoramento de áreas de risco cadastradas;

- Geração de alertas automáticos com base em parâmetros definidos;

1.10.3.2. Gestão de Ocorrências

- Registro em tempo real de eventos adversos;
- Georreferenciamento das ocorrências;
- Classificação por tipo de desastre (COBRADE);
- Acompanhamento da evolução do evento;

1.10.3.3. Apoio ao SCO

- Visualização da estrutura de comando;
- Identificação de responsáveis por função;
- Controle de recursos mobilizados;
- Registro das decisões operacionais;

1.10.3.4. Gestão de Recursos

- Cadastro de veículos, equipamentos e equipes;
- Controle de disponibilidade;
- Acionamento rápido dos recursos cadastrados;

1.10.3.5. Comunicação

- Emissão de alertas à população;
- Integração com canais oficiais (WhatsApp, SMS, redes sociais);
- Registro de comunicados oficiais;

1.10.4. Sala de Situação Digital

O SIGERD funcionará como base para a Sala de Situação, permitindo:

- Visualização em mapa das áreas de risco;
- Identificação de ocorrências ativas;

- Acompanhamento de equipes em campo;
- Monitoramento em tempo real;

1.10.5. Fluxo Operacional Integrado

- Monitoramento (SIGERD)
- Geração de alerta automático
- Validação pela Defesa Civil
- Ativação do PLACON
- Registro da ocorrência no sistema
- Acompanhamento em tempo real
- Apoio à tomada de decisão (SCO)
- Registro das ações e desfecho

1.10.6. Responsabilidades

- Defesa Civil: gestão do sistema e validação das informações;
- Secretarias Municipais: alimentação de dados e atualização de recursos;
- Gestores: utilização das informações para tomada de decisão;
- Equipes operacionais: registro das ocorrências em campo;

1.10.7. Diretrizes Operacionais

- Todas as ocorrências deverão ser registradas no sistema;
- As informações devem ser atualizadas em tempo real;
- O sistema será utilizado como fonte oficial de dados durante a operação;
- Deve haver capacitação contínua dos usuários;

1.10.8. Segurança da Informação

- Controle de acesso por nível de usuário;
- Proteção dos dados sensíveis;

- Backup periódico das informações;
- Garantia de integridade e confiabilidade dos dados;

1.10.9. Benefícios da Integração

- Maior rapidez na resposta;
- Redução de falhas de comunicação;
- Melhor gestão de recursos;
- Decisão baseada em dados;
- Transparência e rastreabilidade das ações;



2. CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO

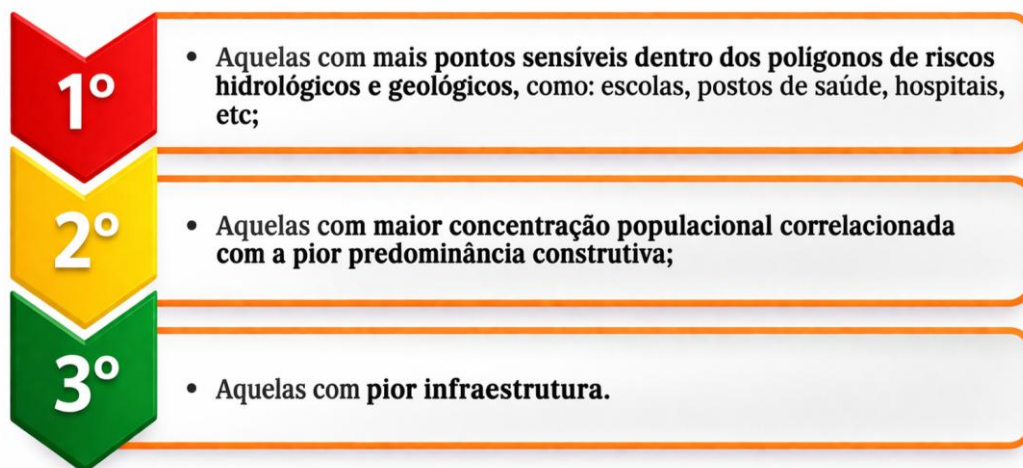
A caracterização do cenário de risco foi realizada com base em metodologia que considera o levantamento e a análise de áreas com histórico recorrente de ocorrência de desastres no município.

Essas áreas foram classificadas como “**áreas de atenção**”, compreendendo localidades que, de forma recorrente ou sazonal, apresentam registros de eventos adversos, tais como deslizamentos, alagamentos, enxurradas e inundações.

O mapeamento e cadastramento dessas áreas permitem a organização de um banco de dados estratégico, contendo informações relevantes para a gestão de riscos e desastres. A partir dessas informações, em situações de alerta meteorológico, torna-se possível estabelecer critérios de priorização, direcionando de forma mais eficiente a atuação dos órgãos de resposta para as localidades com maior nível de vulnerabilidade e risco iminente.

Dessa forma, o plano busca garantir maior assertividade na tomada de decisão, otimizando recursos e ampliando a capacidade de resposta do município diante de eventos adversos.

Lembrete: Para parâmetros de priorização de alerta nas áreas de atenção:



Anexo a este plano de contingência está o caderno com o cadastro destas áreas de atenção, divididas em duas sessões:

- 1) Áreas de atenção para Riscos Hidrológicos;
- 2) Áreas de atenção para Riscos Geológicos;

3. ABRIGOS

A ficha de cadastro de abrigos foi idealizada para auxiliar na formação destes locais. É imprescindível possuir uma estrutura de pessoal e logística previamente estabelecidas, todos os atores de gestão precisam ter a consciência de suas ações, imprimindo confiança e dinamismo na execução das tarefas inerentes a cada setor.

3.1. Quando ativar o Abrigo

Os responsáveis deverão ativar os abrigos caso haja a confirmação da necessidade de remoção das pessoas das áreas de atenção.



Checklist para ativar o abrigo:

- () Confirmado o alerta ou a ocorrência de um evento com necessidade de realocar pessoas;
- () Verifique as áreas atingidas ou com alerta;
- () Verifique dentro do cadastro de abrigos qual a melhor localidade para abrigar essas pessoas;
- () Verifique se o número de pessoas atingidas pode ser alocado em um único abrigo ou será necessário mais de um abrigo;
- () Verifique o meio de transporte e as rotas a serem utilizadas para retirada dessas pessoas (sugestão: **verificar no caderno de recursos**);
- () Acionar os gestores do abrigo a serem mobilizados, conforme cadastro;
- () Solicitar confirmação de condições do abrigo acionado para início das atividades.

IMPORTANTE: Um abrigo deve ser planejado para cada 7 dias, os recursos necessários à sua organização devem ser estimados para

esse período, podendo ser reorganizado caso seja necessário.

3.2. Sugestões para rotina dos abrigos

 Atividades/ Rotinas	Horários sugeridos
• Alvorada (despertar)	6h
• Café da manhã	6h30m às 07h
• Almoço	11h às 12h
• Jantar	19h às 20h
• Abertura/ fechamento do abrigo	6h / 22h

Outros horários podem ser estabelecidos, como: horário do banho, atividades de limpezas, atividades educativas, atividades recreativas, entre outros.

4. CADASTRO DE RECURSOS

O cadastro de recursos constitui instrumento essencial para a pronta resposta a situações de emergência e desastre, sendo estruturado com o objetivo de identificar, organizar e disponibilizar informações sobre os meios humanos, materiais e institucionais disponíveis no município.

Para fins de sistematização, os recursos foram classificados em quatro categorias, cada uma contemplando a identificação do quantitativo disponível, o órgão ou setor responsável e os respectivos meios de acionamento:

- Veículos: compreende a relação dos meios de transporte disponíveis para atuação em situações de desastre, incluindo veículos com tração 4x4, caminhões, máquinas pesadas, tratores, embarcações, entre outros;
- Materiais: abrange tanto os insumos de caráter estrutural, como lonas, telhas e ferramentas, quanto os itens destinados à assistência humanitária, tais como cestas básicas, colchões, cobertores e kits emergenciais;
- Recursos Humanos: contempla a identificação de profissionais que podem ser mobilizados para apoio às ações de resposta, incluindo, entre outros, médicos, enfermeiros, engenheiros, assistentes sociais e veterinários;
- Instituições e Apoio Voluntário: reúne organizações formais e grupos da sociedade civil que possam contribuir nas ações de resposta, como associações, organizações não governamentais, grupos comunitários, jipeiros, trilheiros e entidades religiosas.

4.1. Atualização e Manutenção

A manutenção deste cadastro exige atualização contínua, em razão da dinâmica operacional dos recursos e da constante alteração dos meios de contato e disponibilidade.

4.2. Cadastro de Ações Operacionais

O cadastro de ações operacionais tem por finalidade estruturar e organizar as funções essenciais para a gestão de desastres no âmbito municipal, em conformidade com o Sistema de Comando de Operações (SCO).

As ações são distribuídas em quatro categorias funcionais, às quais são atribuídas responsabilidades específicas, garantindo a adequada coordenação das atividades, a definição de papéis e a eficiência na execução das operações.

As categorias estão assim organizadas:

Operações

Responsável pela execução das ações em campo, em nível tático, conforme diretrizes estabelecidas pelo Comando do Incidente.

Compete a esta função:

- Implementar o Plano de Ação do Incidente (PAI);
- Coordenar as atividades de resposta direta;
- Supervisionar as equipes operacionais;

Estão subordinados a esta seção os responsáveis pelas áreas operacionais específicas, tais como:

- Corpo de Bombeiros;
- Polícia;
- Saúde;
- Operações aéreas;
- Demais equipes de campo;

Logística

Responsável por prover os recursos e serviços necessários ao suporte das operações.

Compete a esta função:

- Gerenciar suprimentos, equipamentos e materiais;
- Organizar transporte e infraestrutura de apoio;
- Assegurar comunicações operacionais;
- Coordenar alimentação, apoio médico às equipes e demais serviços essenciais;

Planejamento

Responsável pelo suporte estratégico à operação, garantindo a organização das informações e o direcionamento das ações.

Compete a esta função:

- Elaborar e atualizar o Plano de Ação do Incidente (PAI);
- Coletar, analisar e disseminar informações operacionais;
- Monitorar a evolução do cenário;
- Manter registros atualizados dos recursos e das ocorrências;

Administração e Finanças

Responsável pela gestão administrativa e controle dos recursos financeiros envolvidos na operação.

Compete a esta função:

- Controlar custos operacionais;
- Registrar a utilização de pessoal e horas trabalhadas;
- Gerenciar processos de aquisição, contratos e pagamentos;
- Apoiar a prestação de contas e a formalização de despesas emergenciais;

5. MONITORAMENTO

O monitoramento constitui elemento fundamental para a gestão de riscos e desastres, sendo o principal gatilho para a adoção de ações preventivas e de resposta no âmbito municipal. Sua efetividade permite a antecipação de cenários críticos, contribuindo diretamente para a proteção da população e a redução de danos.

No contexto deste Plano, o monitoramento está inserido no cadastro de ações operacionais, contemplando diferentes frentes de acompanhamento, tais como:

- Monitoramento de níveis de rios e corpos hídricos;
- Monitoramento de encostas e áreas suscetíveis a movimentos de massa;
- Acompanhamento de dados provenientes de estações pluviométricas;
- Análise de informações meteorológicas;

Para garantir a eficiência desse processo, o município deverá designar formalmente responsável(is) pelo monitoramento, incumbidos da coleta, análise e registro das informações, bem como da manutenção de rotina sistemática de verificações e leitura dos instrumentos.

Esses responsáveis devem atuar de forma integrada ao Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, assegurando a comunicação tempestiva das informações e subsidiando a tomada de decisão.

5.1. Diretriz Operacional

Ressalta-se que a ampliação e diversificação dos meios de monitoramento contribuem significativamente para o fortalecimento da capacidade preventiva do município, tornando mais eficiente a identificação de riscos e a emissão de alertas à população.

6. ATIVAÇÃO DO PLANO

6.1. Autoridade de Ativação

O plano de contingência deverá ser ativado pelo Prefeito Municipal ou pelo Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.

6.2. Critérios para ativação

O Plano de contingência será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos nos mapeamentos e informações disponíveis à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC –, de acordo com os dados abaixo.

6.2.1. Risco Geológico.

Nível	Critério de entrada	Procedimentos Básicos
Observação	Início da operação do plano	Conscientização da população das áreas de risco, monitoramento pluviométrico e acompanhamento da previsão meteorológica.
Atenção	Acumulado > 30 mm no período de 72 horas e previsão de continuidade das chuvas na região.	Realizar vistorias de campo, advertir as secretarias municipais e demais integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.
Alerta	Acumulado > 100 mm no período de 84 horas ou previsão de chuvas que ultrapasse este valor.	Remoção em situações em que é possível prever acidente observado pelas vistorias de campo (setores de risco Ito e Muito Alto), acionamento do alerta comunitário, monitoramento pluviométrico, acompanhamento da previsão meteorológica.
Alerta Máximo	Previsão > 150 mm no período de 84 horas ou previsão de chuvas que ultrapasse este valor ou constatação da necessidade de apoio de instituições estaduais e/ou federais.	Avaliar a necessidade de retirada da população das áreas de risco em todos os setores de risco identificados no plano, monitoramento pluviométrico, acompanhamento da previsão meteorológica.

(Tabela retirada do plano preventivo de deslizamento para os setores do PMRR)

6.2.2. Risco Hidrológico.

Nível	Critério De Entrada	Procedimentos Básicos
Observação	Início da operação do plano	Conscientização da população das áreas de risco, monitoramento fluviométrico e pluviométrico, e acompanhamento da previsão meteorológica.
Atenção	Chuva de 85 mm em 5 horas e previsão de continuidade das chuvas.	Mobilização e preparação da equipe de vistorias de campo, monitoramento fluviométrico e pluviométrico e acompanhamento da previsão meteorológica, advertir as secretarias municipais, lideranças comunitárias e demais integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.
Alerta	Chuva de 95 mm em 5 horas e previsão de continuidade das chuvas e necessitando de remoções preventivas dos domicílios relacionados ao período de retorno de 10 anos localizados na bacia do Rio São Luís.	Remoções em situações em que é possível prever acidentes observados pelos níveis de atingimento, acionamento do alerta comunitário, monitoramento fluviométrico e pluviométrico, acompanhamento da previsão meteorológica e vistoria de campo.
Alerta Máximo	Chuvas de 110 mm em 5 horas e revisão de continuidade das chuvas e necessidade de remoção preventiva dos domicílios relacionados ao período de retorno de 30 anos localizados na bacia do Rio São Luís, ou constatação da necessidade de apoio de instituições estaduais e/ou federais.	Avaliar a necessidade de retirada da população das áreas de risco, relacionadas aos demais períodos de retorno, monitoramento fluviométrico e pluviométrico, acompanhamento da previsão meteorológica e vistoria de campo.

(Tabela retirada do plano preventivo de inundação proposto no PDAP)

6.3. Procedimentos para ativação

Após a decisão formal de ativar o Plano, as seguintes medidas serão desencadeadas:

- Acionar o Plano de Chamada, prioridade para os INTEGRANTES desse Plano de Contingência;
- Coleta de Informações: utilizar as seguintes perguntas norteadoras “O que aconteceu? Como está agora? Como poderá evoluir?”;
- Fontes de Informação: local do incidente, equipes de socorro que estão em atendimento e notificações em geral.

O Coordenador Municipal de Defesa Civil comunicará à Regional de Defesa Civil, telefone: (27) 98879-7810, repassando as informações necessárias.

6.4. Prioridades na gestão da ocorrência



7. DESMOBILIZAÇÃO DO PLANO

A desmobilização do Plano de Contingência deverá ocorrer de forma planejada, gradual e coordenada, garantindo a continuidade dos serviços essenciais à população e a adequada transição das ações de resposta para as fases de reabilitação e reconstrução.

O processo deverá priorizar a desativação progressiva dos recursos externos e daqueles empregados em maior escala durante a operação, evitando descontinuidade operacional ou prejuízos ao atendimento das demandas remanescentes.

7.1. Critérios para Desmobilização

A desmobilização será iniciada quando forem constatadas condições que indiquem a redução ou eliminação do cenário de risco que motivou a ativação do Plano, observando, entre outros, os seguintes critérios:

- Redução ou cessação dos índices pluviométricos, conforme dados monitorados e validados por órgãos oficiais de meteorologia e defesa civil;
- Retorno dos níveis dos rios e corpos hídricos a patamares inferiores aos níveis de atenção e alerta;
- Ausência de evidências de movimentos de massa ou descaracterização do risco após avaliação técnica especializada;
- Encerramento das ocorrências que resultem em desalojamento ou desabrigo de população;
- Estabilização geral do cenário, sem previsão de agravamento das condições de risco;

7.2. Autoridade para Desmobilização

A decisão de desmobilização do Plano de Contingência compete ao Prefeito Municipal ou ao Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, com base em avaliação técnica do cenário e das informações de monitoramento.

7.3. Procedimentos para Desmobilização

Uma vez formalizada a decisão de desmobilização, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- Redução gradativa da estrutura do Sistema de Comando de Operações (SCO), conforme o nível de desmobilização (parcial ou total);
- Desativação progressiva dos recursos mobilizados, priorizando aqueles de apoio externo;
- Retorno das equipes às suas atividades regulares, de forma organizada;
- Consolidação e registro das informações operacionais;
- Elaboração de relatório final da ocorrência;
- Avaliação pós-evento, com identificação de pontos de melhoria;

8. INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO DE OPERAÇÕES (SCO)

O Sistema de Comando de Operações (SCO) é uma ferramenta padronizada de gerenciamento de incidentes, aplicável a qualquer tipo de evento adverso, que possibilita a organização de uma estrutura integrada e flexível, capaz de atender às demandas de incidentes de diferentes naturezas, magnitudes e complexidades, independentemente de limites institucionais ou jurisdicionais.

A adequada implementação do SCO permite o alcance de três objetivos fundamentais durante a gestão de um incidente:

- Garantir a segurança das equipes de resposta, bem como das pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo evento;
- Assegurar o cumprimento dos objetivos operacionais e táticos estabelecidos pelo Comando do Incidente;
- Promover o uso eficiente e racional dos recursos disponíveis;

A principal característica do SCO é sua flexibilidade estrutural, permitindo sua expansão ou redução conforme a evolução do cenário, adequando-se tanto a ocorrências de pequeno porte quanto a desastres de grande magnitude. Essa adaptabilidade assegura maior eficiência na gestão das operações e otimização dos custos operacionais.

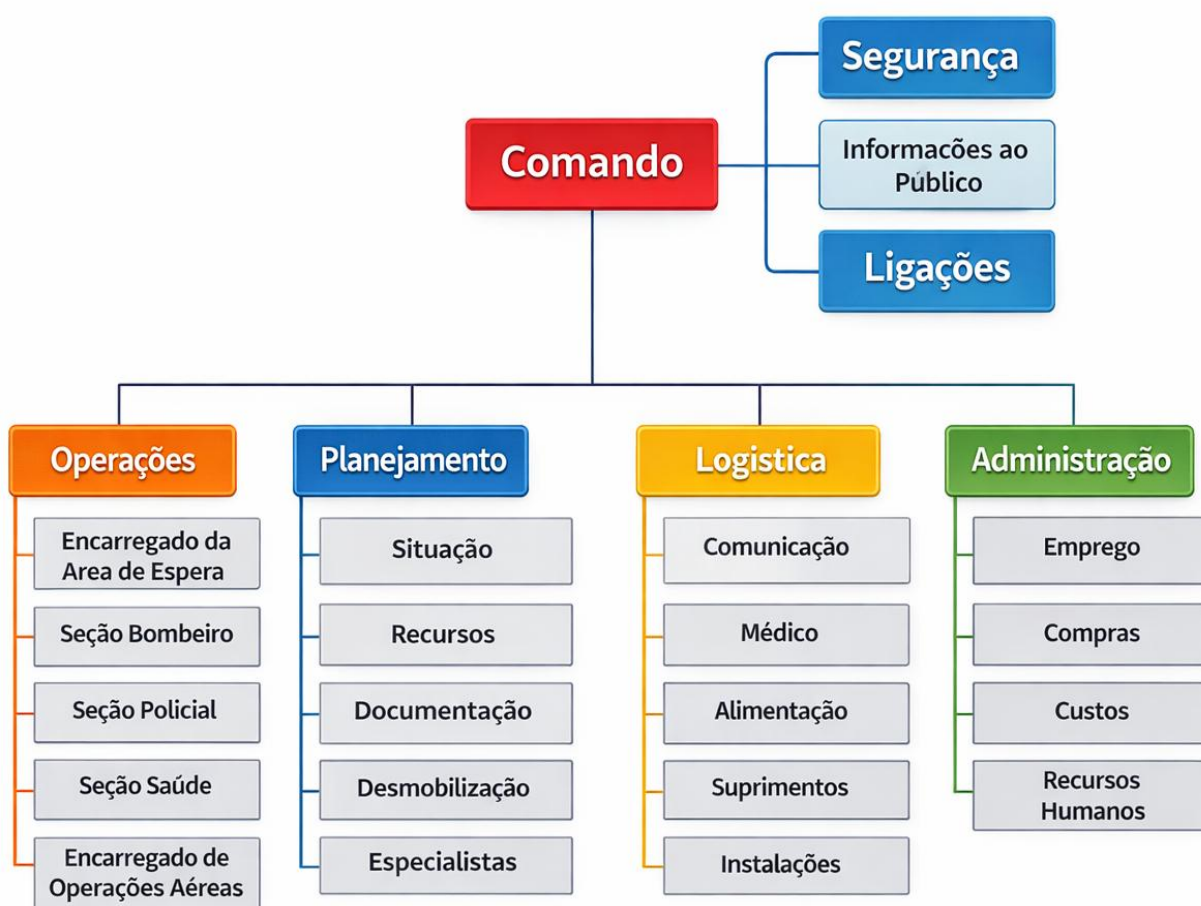
Quando aplicado de forma correta e em conformidade com seus princípios, o SCO proporciona os seguintes benefícios:

- Atendimento eficaz às demandas do incidente, independentemente de sua complexidade;
- Integração rápida e eficiente de equipes provenientes de diferentes órgãos, instituições e esferas de governo;
- Organização padronizada da estrutura de comando e controle;
- Garantia de suporte logístico e administrativo às operações de campo;
- Evita sobreposição de esforços e desperdício de recursos;

Para a adequada operacionalização do sistema no âmbito municipal, é fundamental que os agentes designados para compor a estrutura do SCO possuam conhecimento prévio de suas atribuições, bem como domínio dos princípios e do funcionamento da ferramenta.

A seguir, apresenta-se a estrutura organizacional do SCO adaptada à realidade do município, contemplando os atores institucionais responsáveis pela gestão e execução das ações em situações de emergência e desastre.

Organograma do SCO



9. ATRIBUIÇÕES E AÇÕES DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA

Inicialmente, as atribuições de cada um dos setores representados neste plano foram divididas em três fases distintas, de forma a organizar as ações que envolvem as situações críticas:



As atividades relacionadas às fases do ciclo de Proteção e Defesa Civil são interdependentes e não devem ser tratadas de forma isolada, sob pena de comprometer a continuidade e a efetividade das ações. A desarticulação entre essas fases prejudica especialmente as medidas de prevenção e preparação, impactando diretamente na capacidade do município de antecipar e mitigar riscos.

Na sequência, são apresentadas as atribuições específicas das instituições envolvidas, conforme detalhamento constante nas Guias de Desastres.

9.1. Prevenção de Desastres

A prevenção constitui uma das etapas mais relevantes da política de Proteção e Defesa Civil, tendo como objetivo principal a redução de riscos e a minimização de

perdas humanas, materiais e ambientais.

Essa fase baseia-se na identificação e análise dos riscos de desastres, por meio de estudos técnicos e levantamentos que possibilitam o mapeamento de áreas vulneráveis. A elaboração de mapas de risco permite identificar ameaças, vulnerabilidades e níveis de exposição, subsidiando o planejamento de ações por parte do poder público.

A partir dessas informações, são desenvolvidas medidas estruturais e não estruturais voltadas à eliminação ou à redução dos riscos identificados, fortalecendo a capacidade preventiva do município.

9.2. Preparação para Desastres

A fase de preparação tem como base o conhecimento prévio dos riscos, obtido por meio de mapeamentos e análises técnicas das áreas vulneráveis.

Nesse contexto, busca-se o desenvolvimento de ações e projetos voltados ao aprimoramento da capacidade de resposta do município, incluindo planejamento operacional, capacitação de equipes, definição de protocolos e organização de recursos.

Além disso, é fundamental promover a conscientização e o preparo das comunidades, de modo que estejam aptas a conviver com situações adversas, reduzindo sua vulnerabilidade e aumentando sua resiliência diante de possíveis desastres.

9.3. Resposta aos Desastres

A resposta aos desastres corresponde à execução das ações emergenciais durante ou imediatamente após a ocorrência do evento adverso, sendo a fase mais crítica do ciclo, devido à necessidade de atuação rápida e coordenada.

Inclui ações de socorro, assistência à população afetada, atendimento emergencial e reabilitação inicial dos cenários atingidos. Essas ações têm como objetivos principais:

- Preservar vidas humanas;

- Reduzir danos à saúde da população;
- Garantir a segurança pública;
- Atender às necessidades básicas das pessoas afetadas;

Também integram essa fase as ações de reabilitação, voltadas à estabilização do cenário, à mitigação de novos riscos e ao restabelecimento gradual das condições de normalidade.

9.4. Atribuições dos Setores Envolvidos

As responsabilidades das instituições participantes do Plano de Contingência estão definidas em seção específica, conforme detalhamento das Guias de Desastres.

Destaca-se que os órgãos e entidades envolvidos deverão:

- Disponibilizar equipes técnicas para atuação em situações de emergência;
- Manter escala de plantão, inclusive em finais de semana e fora do horário administrativo;
- Garantir a prontidão operacional para atendimento das demandas decorrentes de eventos adversos;

Gabinete do Prefeito

A Secretaria de Gabinete – SECGAB – exerce o assessoramento ao Prefeito na coordenação e avaliação da atuação e desempenho das entidades e órgãos da Administração Municipal. Também realiza a organização, manutenção e controle do acervo da legislação e demais atos expedidos pelo Prefeito, além da articulação, elaboração e análise de propostas de atos administrativos, mensagens, decretos e projetos de leis da alçada e iniciativa do Executivo.

Prevenção

- Estreitar o contato entre as diversas Secretarias e Órgãos essenciais dos serviços de emergência, a fim de manter o Prefeito sempre informado da situação.

Preparação

- Manter equipe em alerta para apoio nas ações de proteção e defesa civil.

Resposta

- Manter equipe em alerta e disponível quando da solicitação de apoio nas ações de proteção e defesa civil;
- Coordenar as ações em conjunto com a COMPDEC, ativando os fluxos de informações e comunicações, visando sua integração operacional, de acordo com a intensidade do desastre;
- Coordenar, junto às estruturas do governo municipal, as ações necessárias para o perfeito funcionamento do Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- Auxiliar toda a operação a partir das demandas que venham surgir para a COMPDEC advindas de um evento adverso;
- Manter o Prefeito sempre informado das ações desenvolvidas pelo Setor de Proteção e Defesa Civil Municipal.

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

Responsável pela **Coordenação Geral** das atividades e articulação do sistema municipal de Proteção e Defesa Civil. Em conjunto com a Secretaria de Gabinete e Secretaria Jurídica ficará responsável, se necessário, pela confecção dos Decretos de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. A COMPDEC deverá acionar a CEPDEC (Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil) para agilizar o auxílio ao município por meio de apoio logístico e material, se necessário.

Prevenção

- Ampliar e aperfeiçoar o sistema de monitoramento, alerta e alarme;
- Incentivar a estruturação do setor municipal de Proteção e Defesa Civil;
- Regulamentar o Programa Municipal de Redução de Riscos;
- Fomentar o mapeamento de áreas de risco de desastres;
- Fomentar a percepção de risco, principalmente nas comunidades em áreas de risco;
- Apoiar a criação de núcleos comunitários de voluntariado em defesa civil;
- Analisar e propor medidas estruturantes em áreas de risco;
- Apresentar análise comparativa de dados dos desastres ocorridos no Município para atualização do Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil e outras finalidades;
- Apoiar ações educativas nas comunidades vulneráveis, com maior atenção ao grupo vulnerável (crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência);
- Manter-se atualizado quanto às mudanças do clima, acompanhando as previsões climáticas emitidas pelos órgãos específicos;
- Coordenar as ações desempenhadas pelos setores envolvidos neste Plano, em conjunto com o Gabinete do Prefeito Municipal, ativando os fluxos de informações e comunicações visando sua integração operacional, de acordo com a intensidade do desastre;
- Oferecer subsídios às Secretarias Municipais para o planejamento das ações municipais integradas às ações da comunidade;
- Ampliar a abrangência e fortalecer o plano municipal de contingência;
- Ampliar o programa de capacitação e treinamento de agentes municipais para controle e fiscalização de áreas de risco;
- Buscar garantia de recursos técnicos, humanos e financeiros para a elaboração e atualização de dados que subsidiem o conhecimento contínuo da situação de

risco no Município, como elaboração de cartografia básica de todo o seu território, aquisição periódica de imagens de alta resolução, manutenção de sistema gerenciador de informações de risco;

- Criar indicadores de desempenho, como número de agentes capacitados, índice de redução de áreas de risco, número de pessoas orientadas, planos de metas, entre outros.

Preparação

- Manter os representantes deste Plano informados quanto à possibilidade de ocorrer desastres em todo o território do Município;
- Manter atualizado o Plano de Contingências e os contatos dos Pontos Focais.

Resposta

- Deslocar-se ao local sinistrado para apoiar e coordenar o incidente, quando o caso exigir, além de montar e coordenar junto ao Prefeito Municipal o Gabinete de Gestão de Crise;
- Manter o levantamento de toda população desabrigada e de pessoas possivelmente atingidas, de danos materiais e ambientais, prejuízos sociais e econômicos. Os dados repassados pelos setores integrantes deste Plano servirão como referência para o levantamento;
- Manter o Secretário(a) de Gabinete informado de todos os dados alusivos aos desastres;
- Coordenar tecnicamente o envio e atuação das equipes em suporte aos locais atingidos pelas chuvas, conforme a evolução do desastre;
- Enviar à área atingida, após avaliação preliminar do nível do desastre, equipes de apoio;
- Apoiar tecnicamente na confecção da documentação de situação de anormalidade, para encaminhamento à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC), bem como para mensurar os danos e prejuízos causados pelo desastre em relatório próprio da COMPDEC;
- Implementar o Comando Unificado na resposta a situações críticas, com o envolvimento de múltiplos setores;
- Manter o site da COMPDEC (www.pmsmj.es.gov.br/defesacivil) com informações atualizadas disponíveis aos munícipes sobre a decretação de anormalidade;
- Utilizar, nos desastres de maior vulto, o Posto de Comando Móvel, para facilitar a coordenação dos trabalhos;

- Estudar a necessidade da declaração de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública em nível municipal e emitir parecer;
- Durante a confecção dos planos de ação no local do desastre as equipes buscarão contemplar:
 - I) socorro, assistência e reabilitação do cenário atingido;
 - II) pronto atendimento às vítimas;
 - III) assistência prioritária ao grupo de maior vulnerabilidade (crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência);
 - IV) evacuação de pessoas dos locais sinistrados;
 - V) triagem e cadastramento das vítimas;
 - VI) assistência médica;
 - VII) fornecimento de roupas, agasalhos e alimentação;
 - VIII) transporte de feridos e doentes;
 - IX) instalação de abrigos, com fornecimento de alimentação e medicamentos para as vítimas do evento calamitoso.
- A COMPDEC prestará assessoria técnica ao Setor Jurídico Municipal sobre as decretações e preparará os atos de homologação do processo para assinatura do Prefeito Municipal;
- Assessorar as secretarias responsáveis na elaboração de projetos que visem à captação de recursos para reconstrução;
- Avaliar áreas de obras de reconstrução a fim de que sejam implantadas em áreas seguras e adequadamente distanciadas das áreas de riscos.

Secretaria de Administração/ Secretaria de Fazenda / Secretaria de Planejamento e Projetos

Responsável pelo suporte financeiro, orçamentário às ações de resposta, centralizando as autorizações para aquisição de todos os materiais necessários e por fornecer alimentação para o pessoal operacional envolvido no evento, além do recebimento de eventuais doações em dinheiro;

Prevenção

- Planejar, coordenar e controlar as atividades inerentes aos recursos humanos, expediente, compras, almoxarifado, entre outros;
- Organizar e manter atualizado o cadastro de recursos humanos;
- Manter atualizados os registros funcionais dos servidores;
- Manter atualizado e organizado o cadastro e a documentação dos bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal;
- Prever no orçamento público municipal dotação orçamentária para a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e para o Fundo de Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- Auxiliar a Defesa Civil nas captações de recurso para ações de prevenção;
- Estabelecer dotação orçamentária para o funcionamento do Setor e para a execução das ações de Proteção e Defesa Civil;
- Disponibilizar recursos para obras de prevenção em setores de risco;
- Manter banco de dados das indústrias e comércios.

Preparação

- Orientar os órgãos da Prefeitura quanto à maneira de formular as solicitações de materiais e de solicitar dados e esclarecimentos nos processos de aquisição de materiais e equipamentos especializados;
- Estabelecer política de armazenamento e guarda de materiais para todas as unidades da Prefeitura;
- Coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas à administração de patrimônio, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis;
- Providenciar a elaboração dos contratos de prestação de serviços e fornecimentos de materiais;
- Organizar e atualizar o cadastro de fornecedores de bens e serviços;
- Manter as equipes de sobreaviso em caso de alerta;

- Priorizar as suplementações orçamentárias para atendimento às possíveis ocorrências de Defesa Civil;
- Disponibilizar recursos para execução de atividades emergenciais de resposta.

Resposta

- Coordenar atividades relativas à padronização, aquisição, armazenamento, distribuição e controle de material permanente e de consumo para a Prefeitura;
- Coordenar as atividades relativas as solicitações de compras de materiais e serviços, processos licitatórios e respectivas contratações, zelando pelo cumprimento das normas legais de licitação;
- Liberar com prioridade, se necessário, recursos que possam atender as necessidades emergenciais do município;
- Identificar, no cadastro de contribuintes, a identificação da situação cadastral dos imóveis a serem demolidos;
- Verificar a situação dos imóveis das famílias desabrigadas no cadastro municipal de contribuintes;
- Liberar com prioridade, se necessário, recursos que possam atender as necessidades emergenciais do município;
- Identificar, no cadastro de contribuintes, a identificação da situação cadastral dos imóveis a serem demolidos;
- Verificar a situação dos imóveis das famílias desabrigadas no cadastro municipal de contribuintes;
- Auxiliar a Defesa Civil nas captações de recursos e prestação de contas para as ações voltadas à resposta e a reconstrução;
- Priorizar as suplementações orçamentárias para atendimento às ações de resposta;
- Catalogar indústrias e comércios afetados direta ou indiretamente por eventos de desastre.

Gerência de Comunicação / Gerência de Jornalismo

Responsável pela divulgação de informações e orientações atualizadas do evento, orientada pelo Coordenador da COMPDEC.

Prevenção

- Autorizar a confecção de material educativo para campanha de redução de desastres elaborada pela Defesa Civil Municipal;
- Elaborar, produzir e veicular material informativo de utilidade pública a respeito dos cuidados que a população deve ter em caso de chuvas, raios, contaminação por água suja, doenças específicas do inverno e do verão, incêndios florestais (queimadas), lixo, entre outros;
- Elaborar e manter atualizado material de orientação para ser publicado em casos de emergência com orientações e telefones úteis.

Preparação

- Reforçar a divulgação de alertas à população sobre as ações que devem ser evitadas e os cuidados necessários em casos de desastre;
- Divulgar junto aos meios de comunicação as medidas de segurança que a população deve adotar frente aos problemas com enchentes, enxurradas, inundação, deslizamentos com atenção à distribuição regionalizada de informações;
- Estreitar os laços com as Secretarias Municipais para reunir as informações que devem ser levadas ao conhecimento do Prefeito Municipal;
- Alinhamento para divulgação de informações à população;
- Designar um porta-voz para falar em nome do Município nos momentos de desastre;
- Alinhamento e distribuição de material para as redes sociais da Rede de Comunicação do Governo Municipal.

Resposta

- Dar suporte à COMPDEC com assessoria de imprensa/ comunicação digital;
- Definir um assessor de imprensa para o local do sinistro;
- Apresentar o porta-voz à COMPDEC e ao Corpo de Bombeiros Militar para preparação das notas que devem ser divulgadas;
- Unificar o discurso do Governo Municipal durante a crise.

Secretaria Jurídica

A Procuradoria Geral de Santa Maria de Jetibá acompanha a legislação e a regulamentação vigente e em tramitação nas esferas competentes, além de garantir e controlar a legalidade e a constitucionalidade dos atos e das ações da administração municipal.

Prevenção

- Priorizar os processos de contratação e compras de suprimentos e demais itens voltados à prevenção;
- Prestar assessoramento e apoio técnico em matéria de natureza legal e jurídica;
- Emitir pareceres nas consultas específicas que envolvem assuntos atinentes ao Sistema de Defesa Civil.

Preparação

- Prestar assessoramento e apoio técnico em matéria de natureza legal e jurídica;
- Emitir pareceres nas consultas específicas que envolvem assuntos atinentes ao Sistema de Defesa Civil.

Resposta

- Priorizar os processos de contratação e compras de suprimentos e demais itens voltados à resposta;
- Prestar assessoramento e apoio técnico em matéria de natureza legal e jurídica;
- Emitir pareceres nas consultas específicas que envolvem assuntos atinentes ao Sistema de Defesa Civil;
- Analisar, nos casos cabíveis, as minutas de Declaração de Situação de Emergências ou de Decretação do Estado de Emergência e Calamidade Pública, com a colaboração da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- Acionar o Poder Judiciário nos casos de processos relativos aos interesses da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Secretaria de Educação

Responsável por dispor a estrutura da rede de ensino para que, emergencialmente, sirvam de abrigos temporários, disponibilizando servidores durante o período de anormalidade, bem como disponibilizar veículos e outros materiais necessários ao atendimento da população atingida. Ficará a cargo das serventes que trabalham nas escolas e de voluntárias a preparação da alimentação dos desabrigados.

Prevenção

- Estabelecer programas especiais de ensino, visando ao pronto atendimento para os alunos afetados e que tiverem suas salas de aulas prejudicadas, para que não haja prejuízo na educação;
- Firmar parceria com a Defesa Civil Municipal para divulgação de Projetos de Proteção e Defesa Civil nas escolas.

Preparação

- Fazer o levantamento das escolas que podem servir como abrigo temporário, tomando como base a sua proximidade com a comunidade vulnerável;
- Os gestores da unidade escolar utilizada como abrigo temporário, elaborarão um plano para pronto emprego da sua equipe de trabalho no intuito de ajudar na ocupação, apoio educacional e solidário das crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiências abrigadas em sua unidade;
- Os gestores da unidade escolar utilizada como abrigo temporário em parceria com a Defesa Civil elaborarão uma escala de voluntários, para a feitura da alimentação oriunda de doativos e para manutenção, limpeza e higiene nos ambientes utilizados como abrigo.

Resposta

- Disponibilizar estrutura física e humana para operação de apoio às comunidades afetadas;
- Providenciar as medidas necessárias para liberação de escolas municipais para servir como abrigo temporário;
- Repassar para a Defesa Civil Municipal as relações de escolas e endereços, além de contatos da pessoa responsável pelo local;
- Disponibilizar a equipe escolar, não terceirizada, para ajudar na organização e gestão da ocupação, no apoio educacional e solidário das crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência abrigadas em sua unidade.

Secretaria de Saúde

Responsável por proceder à assistência pré-hospitalar e ações básicas de saúde pública nos abrigos, agir preventivamente no controle de endemias, proceder à vacinação, caso haja necessidade, do pessoal envolvido nas ações de resposta, colocar em estado de prontidão o Pronto Atendimento Municipal, que disponibilizará leitos para as emergências, com equipe mínima disponível, solicitando apoio intermunicipal caso seja necessário.

Prevenção

- Orientar as Unidades de Saúde para que usem os mapas de risco de deslizamento e inundação disponibilizados pela COMPDEC nas ações de prevenção e com responsabilidade na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Preparação

- Participar da comissão intersetorial de planejamento e redução de riscos de desastres;
- Acompanhar as ações definidas no Plano de Preparação e Resposta da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil frente aos desastres, que deverão ser atualizadas anualmente;
- Orientar as unidades municipais de saúde a elaborarem os Planos de Ações atuação em desastres naturais;
- Definir os meios e formas de comunicação em saúde que serão usados em situação de desastres;
- Capacitar os recursos humanos e prever recursos físicos, tecnológicos, materiais e financeiros para o atendimento aos desastres;
- Acompanhar a divulgação dos alertas preventivos;
- Identificar e cadastrar crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, residentes em área de risco de desastre, em especial aquelas com doenças crônicas, buscando minimizar a vulnerabilidade, com a promoção de ações de saúde e de qualidade de vida;
- Estabelecer ações de atenção integral à saúde das crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de riscos e desastres, incluindo o acompanhamento pós-desastre;
- Estabelecer locais de referência, recursos humanos necessários e fluxos para atendimento ambulatorial e hospital para crianças e adolescentes, pessoas idosas

e pessoas com deficiência em situação de riscos e desastres, incluindo serviços de atendimento à urgência e emergência em saúde;

- Identificar e capacitar profissionais com habilidades para atenção psicossocial.

Resposta

- Executar as ações definidas no Plano de Preparação e Resposta da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil frente aos desastres;
- Assessorar as Unidades Municipais de Saúde nas ações de Resposta em situação de desastres;
- Gerenciar em conjunto com demais setores as ações desenvolvidas nos abrigos no que se refere à prevenção e promoção da saúde;
- Desenvolver ações de vigilância de forma articulada e sistemática com outros serviços na avaliação dos fatores de risco ambiental com impacto na saúde humana;
- Manter registro consolidado e atualizado sobre danos humanos e materiais de interesse sanitário para prestar informações e preparar informes às autoridades competentes;
- Manter registro consolidado e atualizado das atividades realizadas pelo setor de saúde durante o evento crítico;
- Disponibilizar informações para os órgãos de comunicação e a população por meio de pessoa autorizada;
- Intervir, de forma oportuna e eficaz, aportando os recursos necessários para o atendimento da população e da região afetada;
- Acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas pelas diferentes instituições públicas com vistas ao retorno das condições de vida da comunidade e das instalações de saúde afetadas;
- Gerenciar as ações de saúde ambiental;
- Promover ações de vigilância de fatores determinantes e condicionantes da saúde, incluindo doenças e agravos, em especial nos abrigos temporários e acompanhamentos com crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência;
- Desenvolver ações de educação em saúde com crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência nos abrigos temporários e acampamentos, incluindo cuidados preventivos de saúde e atividades de prevenção de acidentes e todos os tipos de violências;
- Emitir declaração de nascidos vivos e declaração de óbitos.

Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social

A Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social – SETDAS –, por meio da Gerência de Proteção Social Especial, efetuará a triagem socioeconômica e o cadastramento das famílias afetadas por desastres (desabrigadas e desalojadas), a gerência dos abrigos temporários, a coordenação das campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos e de roupas. Em conjunto com as Secretarias de Esporte e de Cultura e Turismo, promover o fortalecimento da cidadania nos abrigos com a implementação das atividades culturais, de lazer e entretenimento.

Prevenção

- Articular, em parcerias com a Defesa Civil, oficinas, eventos e/ou seminários, com temas preventivos para o período de chuvas e de estiagem por meio da Gerência de Proteção Social Especial.

Preparação

- Designar técnico de referência como articulador das ações locais, responsável pela mobilização, articulação e atendimento às famílias e indivíduos que forem atingidos pela situação de anormalidade com prioridade a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência;
- Manter em alerta a equipe da SETDAS para a necessidade de suporte técnico nas situações de anormalidade junto à Defesa Civil;
- Acompanhar a divulgação dos alertas preventivos;
- Identificar e capacitar profissionais com habilidades para atenção psicossocial em desastres;
- Orientar a estruturação de Abrigos Temporários, com o objetivo de assegurar provisões de ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social.

Resposta

- Realizar a triagem socioeconômica e o cadastramento das famílias afetadas pelo desastre (desabrigadas e desalojadas);
- Viabilizar e executar as doações humanitárias dos itens constantes em estoque próprio ou providos de doações;
- Disponibilizar equipe técnica quando comprovada pela Defesa Civil Municipal a necessidade de intervenção imediata de atendimento;
- Gerenciar Abrigos Temporários, assegurando a população atingida os recursos

materiais, recursos humanos e trabalho social;

- Providenciar o relatório da situação dos desabrigados e das pessoas atingidas.



Secretaria de Serviços Urbanos

A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SECURB – tem como principal atribuição o gerenciamento e a execução da limpeza dos espaços públicos da cidade. Também é de competência da pasta manter a organização do meio urbano, por meio das regulamentações do Código Municipal de Posturas. Além disso a SECURB é responsável pela limpeza das margens dos canais fluviais do Município.

Prevenção

- Apoiar a elaboração e atualização de Planos Municipais de Redução de Risco, Planos de Macrodrenagem/Águas Urbanas e de projetos para execução de obras de prevenção e de recuperação de danos causados por chuvas intensas;
- Manter limpos os sistemas de drenagem das vias, evitando alagamentos.

Preparação

- Apoiar a implantação das ações indicadas no Planos de Redução de Riscos e Planos de Macrodrenagem/Águas Urbanas;
- Executar medidas estruturais e não estruturais identificadas dos Planos de Redução de Risco e Planos de Macrodrenagem/Águas Urbanas (Limpeza de rios);
- Organizar equipe para a sinalização e segurança física da via ou acesso danificados em área urbana;
- Aportar recursos para a execução de obras de prevenção às enxurradas, inundações e cheias identificadas nos Plano Municipal de Redução de Risco.

Resposta

- Realizar a limpeza das vias definidas como estratégicas pela Defesa Civil Municipal;
- Disponibilizar recursos, pessoal e equipamentos para execução de obras emergenciais identificadas pela Defesa Civil Municipal.

Secretaria de Obras e Infraestrutura

Responsável por manter um esquema de plantão 24 horas, durante o período de anormalidade, organizando equipe de servidores para auxiliar na execução de medidas estruturais de reabilitação do cenário afetado.

Prevenção

- Elaborar plano de ação para emprego de recursos humanos e logísticos em situação de emergência;
- Fiscalizar ocupação irregular de encostas, morros, margens de curso hídrico, bem como ocupações em loteamentos irregulares;
- Implementar obras de contenção nas áreas reconhecidamente de risco do Município;
- Apoiar a elaboração de Planos Municipais de Redução de Risco, Planos de Macrodrenagem/Águas Urbanas e de projetos para execução de obras de prevenção e de recuperação de danos causados por chuvas intensas.

Preparação

- Acionar a equipe para entrar de sobreaviso para o caso de intervenção imediata, vistoriando os acessos identificados como prioritários e sujeitos a risco;
- Realizar vistoria em estruturas quando solicitado pela Defesa Civil Municipal.

Resposta

- Encaminhar grupo de especialistas ao local atingido para tomar as providências pertinentes a cada caso, a fim de reparar ou atenuar os danos, buscando soluções alternativas para os casos de impossibilidade legal ou técnica de uma intervenção definitiva;
- Disponibilizar recursos para execução de obras emergenciais identificadas pela Defesa Civil Municipal;
- Colocar pessoal e equipamentos à disposição da Defesa Civil Municipal para apoiar nas ações emergenciais.

Secretaria de Agropecuária

Acompanhar a atividade de agricultura do Município atingido pelo desastre e avaliar possíveis danos e prejuízos no desenvolvimento do setor agrícola e agrário.

Prevenção

- Propor, coordenar e executar ações preventivas no setor rural para minimizar os efeitos das adversidades climáticas;
- Propor, coordenar e executar ações estruturantes para o setor rural que melhorem a convivência da população rural santamariense com as adversidades climáticas.

Preparação

- Manter e disponibilizar informações e dados atualizados sobre o clima;
- Possuir planos e recursos para assistência aos munícipes em situação de anormalidade.

Resposta

- Acompanhar a atividade de agricultura dos munícipes atingidos pelo desastre e avaliar possíveis danos e prejuízos no desenvolvimento do setor agrícola e granjeiro;
- Realizar o levantamento dos danos e prejuízos na agropecuária principalmente nos setores agrícola e granjeiro para subsidiar os relatórios da Defesa Civil;
- Coordenar a elaboração de planos a fim de regular o desenvolvimento das atividades agropecuárias, granjeiras, da pesca e da aquicultura em áreas afetadas.

Secretaria de Interior

Responsável pela manutenção da trafegabilidade das estradas rurais, de modo a permitir o trânsito de pessoas (acesso aos serviços urbanos), ações de apoio aos afetados pelo desastre na zona rural do Município. Não havendo pontos críticos que necessitem de reparos urgentes, disponibilizará maquinário e servidores da Secretaria nas ações de resposta ao evento.

Prevenção

- Realizar abertura e limpeza de caixas secas em estradas vicinais;
- Verificar a necessidade de manutenção das vias municipais de acesso às comunidades, de tal modo que atenda aos objetivos da secretaria por meio de plano preventivo de manutenção, evitando a sua obstrução em situação de desastre.

Preparação

- Realizar limpeza das caixas secas em estradas vicinais;
- Auxiliar a Secretaria de Serviços Urbanos na execução de medidas estruturais identificadas dos Planos de Redução de Risco e Planos de Macrodrenagem de Águas Urbanas (Limpeza de rios).

Resposta

- Recuperar as estradas vicinais e rodovias nos locais afetados pelo desastre, de forma que seja restaurado o tráfego de veículos nessas vias;
- Colocar pessoal e equipamentos à disposição da Defesa Civil Municipal para apoio às equipes de socorro e emergência nos locais de deslizamentos.

Secretaria de Meio Ambiente

Responsável por atuar em locais de interesse à conservação ambiental que sofreram danos ou estão em risco de sofrer. Cabe ao setor vistoriar vazamentos e acidentes ocorridos com materiais que possam causar danos às pessoas e ao meio ambiente, disponibilizando os profissionais do órgão para o auxílio técnico nas áreas necessitadas.

Prevenção

- Instituir programa municipal de ampliação da cobertura florestal considerando em sua formulação a preocupação com a redução de riscos de desastres nas áreas degradadas e encostas;
- Ampliar medidas de recuperação de áreas degradadas;
- Instituir e coordenar a política de criação e demarcação de áreas protegidas, considerando em sua formulação o trato à questão de prevenção, mitigação e adaptação aos riscos decorrentes de eventos extremos;
- Formular os programas e projetos para gestão de cheias fluviais no âmbito da Política Municipal de Recursos Hídricos;
- Coordenar o debate junto ao Comitê Municipal de Recursos Hídricos no tema planejamento e prevenção a eventos extremos em corpos hídricos.

Preparação

- Manter canal aberto com a Defesa Civil Municipal quando solicitado;
- Contribuir com o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil no intercâmbio de dados, informações e fiscalizações de sua Competência;
- Promover o manejo técnico de árvores próximas às vias de grande circulação e encostas.

Resposta

- Divulgar notas de orientação à população em sua área de atuação;
- Disponibilizar equipe técnica para realizar análises ambientais envolvendo situações de crise;
- Propor normas e regulamentos em sua área de atuação visando ao atendimento a ações de reconstrução;
- Disponibilizar à Defesa Civil equipamentos para auxiliar no corte de árvores e na desobstrução de vias.

Rede Municipal de Emergência de Radioamadores - REMER

Prover ou suplementar as comunicações em território brasileiro, quando os meios normais forem insuficientes, ineficazes ou impedidos para operação nas ações de prevenção, ocorrência de desastre, situação de emergência ou estado de calamidade pública.

(Base legal DECRETO Nº 022/2023)

Prevenção

- Fomentar o radioamadorismo;
- Criar grupos de radioamadores voluntários no Município;
- Fortalecer o vínculo dos radioamadores com a COMPDEC;
- Realizar estudos para instalação de repetidoras nas regiões com maiores índices de ocorrências de acidentes naturais;
- Desenvolver ações de capacitação de Rádio Emergência;
- Promover articulações institucionais para estabelecer parcerias técnicas com outras entidades de radioamadorismo, instituições de pesquisa, instituições de ensino/universidades, empresas públicas e privadas;
- Estabelecer termo de cooperação técnica com o Município.

Preparação

- Participar da rede do GECRE/SCE informando quanto à possibilidade de ocorrências de desastres naturais relacionados com precipitações em todo território capixaba;
- Manter os integrantes do grupo de rádio amadores atualizados com as melhores práticas de Rádio Emergência e Noções Básicas de Defesa Civil;
- Indicar um radioamador como ligação entre a COMPDEC e o Grupo de rádio amadores;
- Organizar uma equipe para atuação imediata, após convocação pela COMPDEC;
- Deixar os membros voluntários do Grupo de rádio amadores de sobreaviso para atuação em outras localidades;
- Preparar uma lista "Go Kit" com equipamentos básicos para instalação e manutenção de uma estação base (HF e VHF/UHF);
- Participação das simulações e exercícios programados da COMPDEC.

Resposta

- Disponibilizar radioamadores e equipamentos para atuar nas estações base e avançadas da COMPDEC, enquanto durar a mobilização;
- Atuar como provedor de comunicação via radioamador nas comunicações entre a COMPDEC e as demais entidades ligadas à Defesa Civil;
- Providenciar o registro de todas as mensagens (QSO) recebidas e emitidas em ordem cronológica;
- Manter o Oficial de Ligação do SCO informado de todos os comunicados registrados;
- Realizar um inventário com todos os radioamadores dos equipamentos que podem ser disponibilizados para emprego nas operações de instalação e manutenção das estações de rádio;
- Preparar uma escala de serviço para atender a demanda da COMPDEC enquanto durar a mobilização;
- Realizar a cada 12 horas (período diurno e noturno) um relatório com as atividades desenvolvidas e demanda recebida para posterior realização do relatório final sobre a mobilização.



Grupo de Resgate de Animais em Situação de Emergência - GRAE

Realizar o resgate, atendimento e encaminhamento de animais domésticos e silvestres em situação de emergência, risco ou desastre, promovendo ações de prevenção, capacitação e articulação institucional para a proteção da fauna e o cumprimento das medidas legais cabíveis.

(Base legal Lei Municipal nº 2.732/2023)

Prevenção

- Desenvolver projetos de educação e conscientização quanto aos melhores tratamentos e cuidados dados aos animais domésticos de pequeno e grande porte no Município, viabilizando sua aplicação junto à Secretaria Municipal de Educação, focando a conscientização na rede pública de ensino por meio de atividades e a criação de cartilhas educacionais;
- Articular com associações e entidades de proteção animal, bem como outras organizações governamentais e não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas, entidades de classe, equipes multidisciplinares de voluntários;
- Promover a capacitação técnica de resgate de animais aos membros do GRAE.

Preparação

- Manter equipe treinada e capacitada, conforme técnica apropriada para o tipo de emergência, acidente ou desastre, espécie e porte do animal, segundo orientações de instruções normativas produzidas pela Defesa Civil Municipal em conjunto com outros órgãos e entidades.

Resposta

- Operar e disponibilizar viaturas, embarcações e demais equipamentos para o atendimento às demandas recebidas;
- Resgatar animais em situação de emergência e risco que estejam gravemente feridos ou debilitados, incluindo filhotes;
- Encaminhar os animais para atendimento veterinário, quando pertinente, para o fornecimento de tratamento e suporte do animal resgatado em locais previamente conveniados para recebê-los;
- Repassar os cuidados dos animais resgatados para tratamento e abrigo a entidades conveniadas ou que tenham firmado parcerias com o Município, não

mantendo os animais nas dependências ou sob responsabilidade da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

- Promover as medidas legais necessárias quando da constatação de ato infracional que incorra em crime ou fato lesivo ao meio ambiente, compreendida a flora e a fauna doméstica ou silvestre, de pequeno e grande porte.



Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo - CBMES

Atuar como força de execução especializada nas ações de resposta a desastres, de forma descentralizada a partir das Organizações Bombeiro Militar (OBM), priorizando os atendimentos de urgência e emergência em situações de desastres em massa, incluindo busca, salvamento e resgate. Auxílio nas demais ações operacionais da Defesa Civil, atuando de forma integrada no âmbito do Comando Unificado e em conformidade com o Sistema de Comando em Operações (SCO) quando estabelecido.

(Base legal Lei Federal nº 12.608/2012, PEPDEC/ES 18ª Atualização)

Prevenção

- Apoiar os órgãos municipais e estaduais de Proteção e Defesa Civil na implementação de ações preventivas voltadas à redução de riscos de desastres;
- Colaborar na capacitação de agentes públicos e comunidades em áreas de risco;
- Realizar vistorias e avaliações técnicas em áreas suscetíveis a desastres, com o devido compartilhamento de informações com os órgãos competentes, visando subsidiar o planejamento e a gestão de riscos.

Preparação

- Manter a prontidão operacional de suas unidades e equipes especializadas;
- Promover a articulação e integração com os demais órgãos do sistema de segurança pública e de proteção e defesa civil;
- Participar do planejamento e da execução de exercícios simulados e treinamentos conjuntos, com vistas ao aprimoramento da capacidade de resposta a desastres.

Resposta

- Atuar de forma descentralizada, por intermédio de suas Organizações Bombeiro Militar (OBM), conforme a distribuição territorial;
- Priorizar atendimentos de urgência e emergência, especialmente em cenários de desastres de grande magnitude;
- Integrar o Comando Unificado das operações, quando instituído, observando os protocolos do Sistema de Comando em Operações (SCO), prestar apoio às demais ações operacionais de proteção e defesa civil, no âmbito de suas competências legais e regulamentares.

Sociedade Civil de Bombeiros Voluntários - SCBV (NUPDEC)

Reconhecida legalmente no âmbito municipal como Núcleo de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC, atua em resgates de pessoas ilhadas e presas em desabamentos e deslizamento, realiza corte de árvores que ofereçam risco de queda ou caídas em vias e residências, além de auxiliar nas demais ações operacionais da Defesa Civil.

(Base Legal Lei Municipal nº 2.717/2023, Lei Municipal nº 1.139/2009)

Prevenção

- Ao realizar atendimentos em áreas suscetíveis a desastre, informar à COMPDEC, para conhecimento atual dos riscos que são apresentados, visando à análise de intervenções conforme a situação ou ameaças evidenciadas;
- Apoiar a Defesa Civil Municipal na implantação e realização dos cursos de preparação das comunidades e das equipes de intervenção.

Preparação

- Manter a prontidão operacional de suas equipes.

Resposta

- Atuar em apoio à COMPDEC e ao CBMES na resposta aos desastres, de forma descentralizada;
- Desobstrução de vias interditadas por queda de árvores;
- Priorizar os socorros de urgência.

Guarda Civil Municipal - GCM

Realizar patrulhamento ostensivo e monitoramento em áreas de risco, orientando a população sobre medidas de autoproteção e comunicando à Defesa Civil situações que possam evoluir para desastre. Manter equipes armadas em regime de prontidão integrada à Defesa Civil e aos demais órgãos de segurança pública. Atuar na garantia da ordem pública, isolamento de áreas de risco iminente e proteção de pessoas e bens durante eventos adversos, apoiando a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros nas ações de evacuação, salvamento e recomposição de serviços essenciais, sob coordenação do Comando Unificado.

Prevenção

- Realizar o patrulhamento preventivo e o monitoramento ostensivo em áreas de risco mapeadas, identificando situações que possam agravar vulnerabilidades ou indicar a necessidade de evacuação preventiva;
- Apoiar os órgãos de Defesa Civil Municipal (COMPDEC) na orientação à população sobre medidas de autoproteção, evacuação de áreas de risco e proibições relacionadas a ocupações irregulares em zonas de alta suscetibilidade a desastres;
- Manter interlocução com a CEPDEC e a COMPDEC para compartilhar dados sobre ocorrências de segurança pública que possam impactar a capacidade de resposta em situações de desastre.

Preparação

- Manter equipes armadas em regime de prontidão e sobreaviso para atuação integrada em cenários de desastre, especialmente nos períodos de maior criticidade (grandes precipitações, ventanias ou estiagem prolongada);
- Participar das ações de capacitação promovidas pela Defesa Civil Estadual e Municipal, alinhando procedimentos operacionais para atuação no Sistema de Comando em Operações (SCO);
- Manter canal direto e rotinas de comunicação com os demais órgãos do Sistema de Segurança Pública (PMES, PCES, CBMES) e com a COMPDEC para garantir a fluidez das informações em emergências.

Resposta

- Atuar na garantia da ordem pública e na proteção de pessoas e bens em áreas afetadas por desastres, com ênfase na segurança de vias de acesso, pontos de concentração de desabrigados e desalojados, e instalações críticas;
- Realizar o isolamento de áreas de risco iminente, apoiando a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros Militar na execução de medidas de evacuação e salvamento;
- Prestar apoio logístico e de segurança às equipes de resposta durante a recomposição de serviços essenciais (energia, água, telecomunicações) e na

abertura de vias obstruídas, atuando sob coordenação do Comando Unificado.



Fornecedora de água tratada - CESAN

Responsável pelo levantamento dos danos sofridos na rede de abastecimento de água e coletora de esgoto durante a ocorrência do evento, pela restauração dos danos encontrados, pelo fornecimento de água potável para os abrigos temporários (em caso de falha no sistema normal de distribuição) e por auxiliar a Secretaria de Serviços Urbanos nas ações pós-enchente (limpeza/desinfecção).

(Base legal PEPDEC/ES 18ª Atualização)

Prevenção

- Acompanhar os níveis de abastecimento no Município para que não entre em colapso;
- Fazer a manutenção primária com vistas à antecipação de problemas no abastecimento potável.

Preparação

- Intensificar o acompanhamento da situação de seus sistemas nos momentos de grandes precipitações no município;
- Manter canal aberto com a Defesa Civil Municipal;
- Orientar ações de controle da qualidade da água para consumo no município em situações de comprometimento da rede de abastecimento;
- Manter recursos disponíveis para abastecimento de água potável da população vitimada por desastres.

Resposta

- Divulgar notas de orientação à população sobre o uso e cuidados com a água potável nos dias de emergência;
- Atender as chamadas de emergência para retorno de água potável nas comunidades atingidas;
- Disponibilização de carro-pipa e distribuição de água potável;
- Promover as manutenções nas redes de abastecimento danificadas ou destruídas, assim como os sistemas de esgotamento sanitário, com a necessidade de consertos de tubulação, desentupimento e limpeza de estações de tratamento, cloração e desinfecção de efluentes, dentre outros.

Polícia Militar do Espírito Santo - PMES

Responsável por intensificar o policiamento ostensivo e repressivo na cidade, manter a ordem e a segurança nos abrigos e das áreas sinistradas pelos desastres, mantendo a ordem e a paz social, evitando os saques e as violações dos patrimônios públicos e privados e qualquer outra anormalidade à ordem imposta.

(Base legal PEPDEC/ES 18ª Atualização)

Prevenção

- Informar a percepção de irregularidades de terreno, de casas, edificações, mananciais dentre outros problemas observados e relatados pela comunidade durante o serviço de ronda, imediatamente ao CIODES, para que este repasse à Defesa Civil local, ou à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil;
- Manter o plano de chamada atualizado para pronto emprego da tropa em caso de desastres;
- Planejar a ação policial em situação de risco e desastres na identificação e localização de grupos vulneráveis.

Preparação

- No recebimento de alerta, manter equipes informadas e disponíveis para atuar em caso da necessidade de pronto emprego, quando solicitado;
- No recebimento de alerta, manter contato com outros órgãos da Segurança Pública e do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil para o caso de apoio em ocorrência de desastre.

Resposta

- Disponibilizar equipes para atuar, se houver necessidade, em caráter emergencial, enquanto durar a situação de anormalidade;
- Priorizar os socorros de urgência de desastres em massa;
- Atuar como órgão de apoio em informações e resposta aos desastres, de forma descentralizada;
- Intensificar o Policiamento Ostensivo nas áreas afetadas por desastres, visando à preservação da ordem pública e coibição de “saques” a comércios e residências;
- Disponibilizar botes e barcos para auxiliar os órgãos de Proteção e Defesa Civil, assim como o efetivo necessário para pilotar essas embarcações;
- As unidades policiais poderão servir como base operacional para apoiar as ações de coordenação da Defesa Civil;
- Apoiar na identificação e localização de cidadãos, dando prioridade ao grupo vulnerável (crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência) desaparecidos.

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192

(Base legal PEPDEC/ES 18ª Atualização)

Prevenção

- Fazer o diagnóstico dos casos que atendeu em apoio à Defesa Civil Municipal, a fim de criar mecanismos para melhor assessorar o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil e o Prefeito na tomada de decisões;
- Atualizar o plano de chamadas de seu efetivo para necessidade de reforço em casos de desastres de grande vulto.

Preparação

- Deixar efetivo de folga em escala de sobreaviso;
- Fazer vistorias nos veículos para o caso de reforço ou emprego em jornada prolongada;
- Manter contato com o Coordenador Municipal de Defesa Civil informando suas condições para o serviço;
- Manter contato com os hospitais verificando suas disponibilidades de leitos e tipos de atendimentos para aquele dia ou jornada.

Resposta

- Dar apoio à Defesa Civil Municipal nas ações de socorro;
- Dentro das competências constitucionais, integrar-se ao serviço de segurança pública municipal nas ações locais, quando o caso exigir;
- Utilizar, em parceria com a Casa Militar, o serviço próprio de transporte aeromédico para socorro de vítimas.

Fornecedora de Energia Elétrica - EDP

(Base legal PEPDEC/ES 18ª Atualização)

Prevenção

- Monitoramento das instalações de fornecimento de energia elétrica;
- Acompanhar a capacidade dos níveis de abastecimento no Estado para que não entre em colapso, tomando as medidas pertinentes;
- Fazer a manutenção primária com vistas a antecipação de problemas no abastecimento.

Preparação

- Intensificar o serviço de plantão nos momentos de grandes precipitações ou no recebimento de alerta;
- Manter canal aberto com as Defesas Civas Municipais;
- Manter uma equipe de prontidão para monitoramento das instalações de fornecimento de energia elétrica que possam adicionar riscos à população em possíveis ameaças;
- Disponibilizar à COMPDEC contato direto dos gestores para possíveis demandas em casos de desastres.

Resposta

- Divulgar notas de orientação à população sobre o uso e cuidados com a energia elétrica, em especial nos cenários de ocorrência de desastre;
- Atender às chamadas de emergência para retorno do fornecimento de energia elétrica na comunidade atingida;
- Manutenção nas redes de abastecimento de energia elétrica, danificadas ou destruídas, com a necessidade de consertos;
- Manter uma equipe em regime de prontidão para prestar o serviço.

9.5. Atribuições Gerais

Compete aos órgãos e entidades envolvidos no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil o cumprimento das seguintes responsabilidades:

- Manter atualizado o plano de chamada de seus respectivos quadros, garantindo a pronta mobilização das equipes responsáveis pela execução das ações previstas;
- Desenvolver, implementar e revisar periodicamente os Procedimentos Operacionais Padrão (POP), assegurando a padronização e a eficiência das atividades sob sua responsabilidade;
- Formalizar e manter atualizados convênios, acordos e termos de cooperação necessários à execução das ações previstas no Plano;
- Identificar, estruturar e manter os meios de comunicação indispensáveis à coordenação das operações;
- Levantar e garantir a disponibilidade de equipamentos, insumos e recursos adicionais necessários ao desempenho de suas atribuições;
- Assegurar a continuidade das operações, incluindo a organização de escalas de revezamento para funções críticas;
- Adotar e implementar medidas que garantam a segurança das equipes envolvidas nas operações;
- Garantir a disponibilidade dos servidores e equipes designadas para atuação imediata, conforme previsto neste Plano;
- Assegurar a compatibilidade e o alinhamento deste Plano com os planos operacionais de outros órgãos e instituições parceiras, especialmente quando houver atuação integrada em situações de emergência;

9.6. Restauração da Normalidade

A fase de restauração da normalidade compreende o conjunto de ações destinadas à recuperação inicial das áreas afetadas, com foco na retomada das condições mínimas de habitabilidade, salubridade e funcionamento dos serviços essenciais.

Entre as principais ações, destacam-se:

- Limpeza, lavagem e higienização das áreas atingidas, preferencialmente por

- meio de ações coordenadas entre o poder público e a comunidade local;
- Avaliação técnica de danos em edificações residenciais, comerciais e públicas, a ser realizada pela equipe técnica da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) e pelos setores competentes da Prefeitura;
 - Adoção de medidas emergenciais para restabelecimento das condições de segurança e uso dos imóveis afetados;



10. UTILIZAÇÃO DOS CADERNOS

Os cadernos operacionais constituem instrumentos auxiliares do Plano de Contingência, organizados de forma temática para facilitar o acesso às informações estratégicas e operacionais durante a gestão de desastres. Cada caderno possui finalidade específica, conforme descrito a seguir:

10.1. Caracterização do Cenário

Contempla a identificação e análise das áreas com histórico recorrente de desastres ou com elevada suscetibilidade à ocorrência de eventos adversos. Essas áreas são classificadas como “**áreas de atenção**”, sendo avaliadas com base em critérios como infraestrutura, ocupação do solo e densidade populacional.

Classificação dos riscos:

- **Risco Hidrológico** (cor azul escuro);
- **Risco Geológico** (cor verde escuro);

10.2. Cadastro de Abrigos (Roxo)

Destinado à identificação dos locais aptos ao acolhimento de pessoas afetadas por desastres. Além da localização física, o cadastro contempla a estrutura necessária para o funcionamento adequado dos abrigos, incluindo a definição de funções operacionais, organização interna e identificação dos responsáveis pela gestão desses espaços.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Plano de Contingência deverá ser submetido a processo contínuo de avaliação, revisão e atualização, preferencialmente de forma anual, ou sempre que houver alterações relevantes nos cenários de risco, na estrutura administrativa ou nos procedimentos operacionais do município.

Nos termos do § 6º, o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil deverá ser submetido à avaliação e prestação de contas anual, por meio de audiência pública, com ampla divulgação:

“§ 6º O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil será elaborado no prazo de 1 (um) ano, sendo submetido a avaliação e prestação de contas anual, por meio de audiência pública, com ampla divulgação.”

Em observância ao dispositivo legal, fica estabelecido que a audiência pública deverá ser realizada anualmente até o dia 30 de junho, preferencialmente após o período de maior incidência de eventos adversos, de modo a possibilitar a análise consolidada das ocorrências, das ações executadas e da efetividade das medidas previstas no Plano.

A audiência pública terá como objetivos:

- Apresentar à população as ações desenvolvidas no âmbito da Proteção e Defesa Civil;
- Avaliar a efetividade do Plano de Contingência;
- Identificar pontos de melhoria e necessidade de atualização do Plano;
- Garantir transparência na gestão de riscos e desastres no município;

A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil será responsável pela organização da audiência, devendo assegurar sua ampla divulgação, bem como o registro formal das discussões e deliberações, que subsidiarão a revisão e o aperfeiçoamento contínuo do Plano.

Este documento foi elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), sendo resultado de processo evolutivo que compreende a revisão, atualização e aprimoramento de versões anteriores, incorporando boas práticas e adequações às diretrizes vigentes.

Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil deverão ter acesso ao Plano, adotando as providências necessárias no âmbito de suas competências, bem como manter atualizados os contatos institucionais dos responsáveis, a fim de garantir a eficiência na comunicação e na mobilização durante situações de emergência.

Como medida preventiva, será promovida, anualmente, especialmente no período que antecede a estação chuvosa, a divulgação de orientações à população sobre prevenção e resposta a desastres naturais. Essa ação será realizada por meio da distribuição de materiais informativos e da fixação de conteúdos educativos em locais de grande circulação, sob coordenação da COMPDEC.



ANEXO I

CALENDÁRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL

O presente anexo estabelece o **Calendário Anual de Atividades da Defesa Civil Municipal**, constituindo instrumento de planejamento, organização e acompanhamento das ações de Proteção e Defesa Civil no âmbito do Município.

O calendário tem por finalidade estruturar, de forma sistemática, as atividades relacionadas às fases de **prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação**, garantindo a execução contínua e integrada das ações ao longo do ano.

Sua adoção visa assegurar maior previsibilidade administrativa, padronização de rotinas operacionais, aprimoramento da capacidade de resposta e fortalecimento da cultura de prevenção no município.

As atividades previstas contemplam, entre outras, ações de monitoramento, capacitação, realização de simulados, atualização do Plano de Contingência, promoção de audiência pública anual e mobilização dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O calendário deverá ser observado por todos os órgãos e entidades envolvidos, podendo ser ajustado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), sempre que necessário, em razão de alterações nos cenários de risco ou demandas operacionais supervenientes.

CALENDÁRIO ANUAL DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL

JANEIRO	Monitoramento intensivo, ocorrências, reuniões operacionais
FEVEREIRO	Resposta a desastres, acompanhamento de ocorrências
MARÇO	Encerramento do período crítico, consolidação de dados
ABRIL	Avaliação técnica, reuniões e levantamento de melhorias
MAIO	Preparação da audiência pública, relatório anual
JUNHO	Audiência pública (até 30 de junho), prestação de contas
JULHO	Atualização do PLACON
AGOSTO	Capacitação e treinamento de equipes
SETEMBRO	Simulado operacional
OUTUBRO	Ações preventivas e vistorias
NOVEMBRO	Alerta e mobilização
DEZEMBRO	Prontidão operacional
ATIVIDADES CONTÍNUAS	Monitoramento, comunicação, educação

ANEXO II

PONTOS DE APOIO COMUNITÁRIOS – REDE DE EMERGÊNCIA DE RADIOAMADORES (REMER)

Com o objetivo de fortalecer a capacidade de resposta do Município em situações de emergência e desastres, especialmente em cenários de interrupção dos sistemas convencionais de comunicação (telefonia móvel e internet), ficam estabelecidos como Pontos de Apoio Comunitários os locais onde residem ou atuam operadores de rádio integrantes da Rede de Emergência de Radioamadores – REMER.

Os radioamadores desempenham papel fundamental no restabelecimento das comunicações em situações críticas, atuando como elo entre a população afetada e os órgãos de resposta, especialmente a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Dessa forma, os locais onde há radioamadores cadastrados e ativos poderão ser utilizados como referência pela população para:

- Solicitação de socorro ou apoio emergencial;
- Comunicação de ocorrências e situações de risco;
- Transmissão de informações relevantes aos órgãos competentes.

Além de sua função operacional, os radioamadores integrantes da REMER atuarão também como agentes multiplicadores de informação, sendo responsáveis por propagar junto à população a localização dos pontos de apoio comunitários, especialmente em situações de crise, contribuindo para a orientação da população e para o direcionamento adequado das demandas emergenciais.

Para fins de identificação e orientação da população, cada ponto de apoio contará com placa ou adesivo padronizado com a identificação “Ponto de Apoio – Rádio Amador”, afixado em local visível na residência ou instalação do radioamador.

A referida identificação visual será fornecida e regulamentada pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, garantindo padronização, reconhecimento institucional e credibilidade junto à população.

A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil deverá manter cadastro atualizado dos radioamadores atuantes no Município, incluindo localização e meios de contato, garantindo sua integração ao sistema de resposta a desastres.

IMPORTANTE À POPULAÇÃO

Em caso de interrupção dos meios convencionais de comunicação, a população deverá dirigir-se ao ponto de apoio mais próximo (residência de radioamador devidamente identificado), onde poderá solicitar auxílio e repassar informações às autoridades competentes.

DIRETRIZES OPERACIONAIS

- Os radioamadores deverão estar previamente cadastrados junto à COMPDEC;
- Os pontos de apoio deverão ser mapeados e divulgados à população;
- Os radioamadores atuarão na disseminação das informações sobre a localização dos pontos de apoio;
- A identificação visual dos pontos de apoio será padronizada e fornecida pela Defesa Civil;
- A atuação ocorrerá de forma voluntária e integrada ao Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- Sempre que necessário, os radioamadores poderão ser acionados para apoio direto às operações de resposta.



Imagem 01 - Modelo de identificação de ponto de apoio REMER.



DEFESA CIVIL

SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES

H
I
D
R
O
L
Ó
G
I
C
O

Risco Hidrológico

O caderno de risco hidrológico foi dividido em áreas de Alagamentos, mapeadas por esta Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, e áreas de inundação, constantes no Plano Municipal de Redução de Riscos, elaborado pela Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbanos – SEDURB – e no Mapeamento elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM.

As áreas de alagamentos são divididas em setores, conforme descritas abaixo, e apresentados em imagens.

Risco de Alagamento:

Setor 01: Rua dos Imigrantes – Da Oficina Doring até a casa da Srª Glória Magione.

Setor 02: Rua Tércio Correa dos Santos – Da Clinica Centro Serrano até a Ponte.

Setor 03: Rua Hermann Miertchinck – Da Coopeavi até o Hospital Concórdia.

Setor 04: Rua Floriano Emílio Berger / Martinho Lutero – Da Praça Municipal até a Loja Nutrivita.

Setor 05: Rua Guerlinda Kuster / Avenida Frederico Grulke – Da locadora Millenium até a Praça Municipal.

Setor 06: Avenida Frederico Grulke / Rua Guilherme Miertschink / Augusto Jacob / Sophia Jacob Miertschink – Da loteria até o lava jato do Mário.

Setor 07: Rua Waldemar Dettman – Da casa Sr. Geraldo Hartwig até a casa do Sr. Deivid Caetano.

Setor 08: Avenida Frederico Grulke – Da Seção de Atividades técnicas (SAT) até a Marmoraria Quatro Irmãos.

Setor 09: Célia de Freitas / Carlos Alberto Hermann Vesper – Da casa do Sr. Sebastião Soares até o Rio São Luis.

Setor 10: Rua Reinaldo Berger – Do Açougue Davel até o Correio – **Rua Adolpho Lourenço Ernesto Berger** – Do Supershow até a Rua Reinaldo Berger.

As áreas de inundação foram retiradas do Programa Municipal de redução de Riscos – PMRR –, estudo realizado pelo consórcio entre as empresas Avantec Engenharia e Zemlya, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB –, conforme “Mapa de Suscetibilidade Hidrológica de Santa Maria de Jetibá”, anexo, e “Setor 08” do Mapeamento de Risco do CPRM.



Sector 01: Rua dos Imigrantes – Da Oficina Doring até a casa da Sr^a Glória Magione.
Sector 02: Rua Tércio Correa dos Santos – Da Clinica Centro Serrano até a Ponte.
Sector 03: Rua Hermann Miertchinck – Da Coopeavi até o Hospital Concórdia.



Setor 04: Rua Floriano Emílio Berger / Martinho Lutero – Da Praça Municipal até a Loja Nutrivita.

Setor 05: Rua Guerlinda Kuster / Avenida Frederico Grulke – Da locadora Millenium até a Praça Municipal.



Setor 06: Avenida Frederico Grulke / Rua Guilherme Miertschink / Augusto Jacob / Sophia Jacob Miertschink – Da loteria até o lava jato do Mário.

Setor 07: Rua Waldemar Dettman – Da casa Sr. Geraldo Hartwig até a casa do Sr. Deividy Caetano.



Setor 08: Avenida Frederico Grulke – Da Seção de Atividades técnicas (SAT) até a Marmoraria Quatro Irmãos.



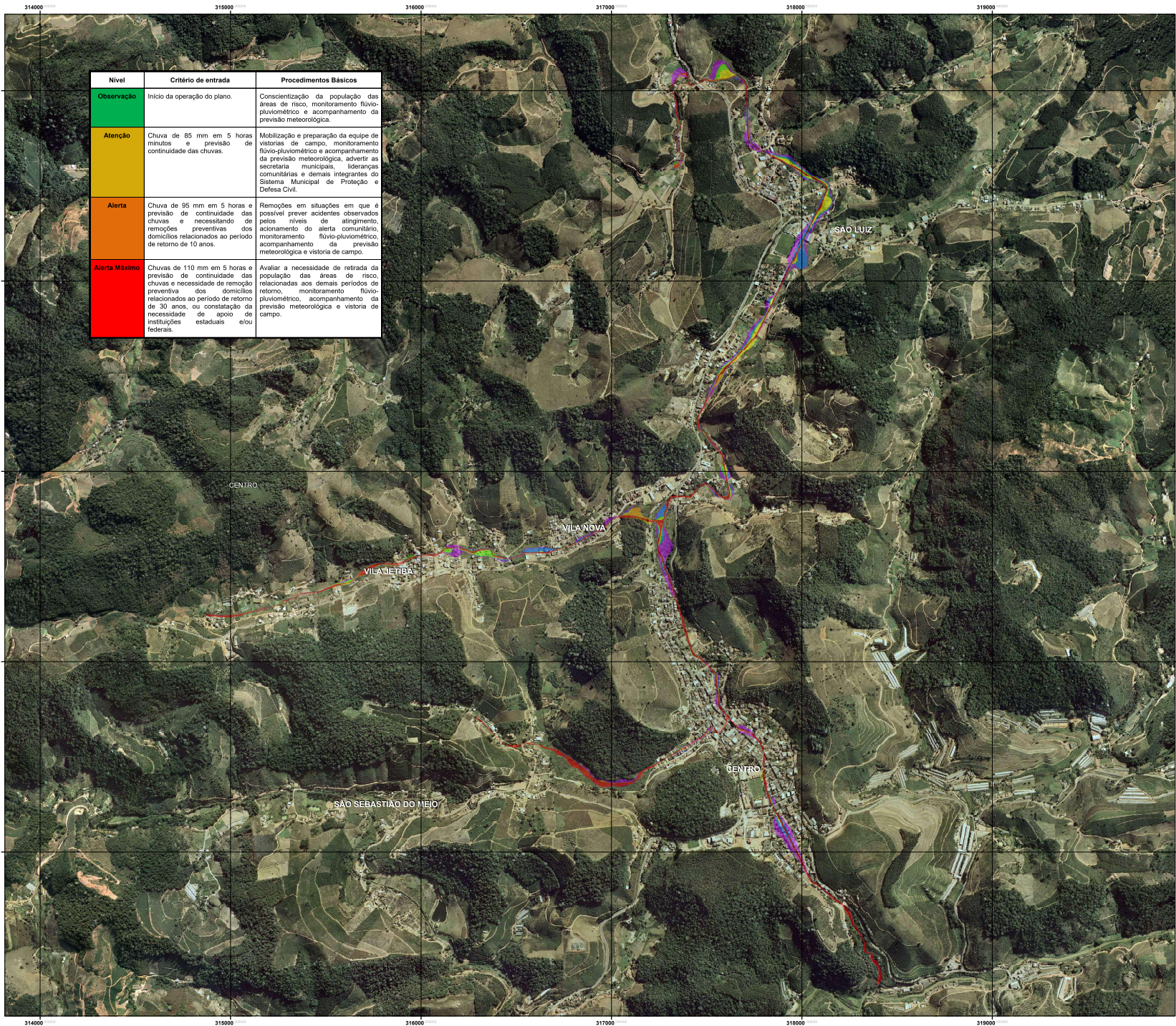
Setor 09: Célia de Freitas / Carlos Alberto Hermann Vesper – Da casa do Sr. Sebastião Soares até o Rio São Luis.

Risco de

A
L
A
G
A
M
E
N
T
O



Setor 10: Rua Reinaldo Berger – Do Açougue Davel até o Correio – Rua Adolpho Lourenço Ernesto Berger – Do Supershow até a Rua Reinaldo Berger.



Nível	Critério de entrada	Procedimentos Básicos
Observação	Início da operação do plano.	Conscientização da população das áreas de risco, monitoramento flúvio-pluviométrico e acompanhamento da previsão meteorológica.
Atenção	Chuva de 85 mm em 5 horas e previsão de continuidade das chuvas.	Mobilização e preparação da equipe de vistorias de campo, monitoramento flúvio-pluviométrico e acompanhamento da previsão meteorológica, advertir as secretarias municipais, lideranças comunitárias e demais integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.
Alerta	Chuva de 95 mm em 5 horas e previsão de continuidade das chuvas e necessitando de remoções preventivas dos domicílios relacionados ao período de retorno de 10 anos.	Remoções em situações em que é possível prever acidentes observados pelos níveis de atingimento, acionamento do alerta comunitário, monitoramento flúvio-pluviométrico, acompanhamento da previsão meteorológica e vistoria de campo.
Alerta Máximo	Chuvas de 110 mm em 5 horas e previsão de continuidade das chuvas e necessidade de remoção preventiva dos domicílios relacionados ao período de retorno de 30 anos, ou constatação da necessidade de apoio de instituições estaduais e/ou federais.	Avaliar a necessidade de retirada da população das áreas de risco, relacionadas aos demais períodos de retorno, monitoramento flúvio-pluviométrico, acompanhamento da previsão meteorológica e vistoria de campo.



Projeção: Universal Transversa Mercator.
Datum Horizontal: SIRGAS 2000.
Fuso: 24 Hemisfério Sul.

Legenda

Suscetibilidade à inundação (Tempo de Recorrência)

- 5 anos (R4 - Risco Muito Alto)
- 10 anos (R3 - Risco Alto)
- 20 anos
- 25 anos
- 30 anos (R2 - Risco Médio)
- 50 anos
- 100 anos (R1 - Risco Baixo)

Documentação e Referências

IEMA, Ortofotomosaico 1:15.000. 2007/2008.

o	Emissão original	30/04/2014
REV	DESCRIÇÃO	DATA

Projeto: Plano Diretor de Águas Pluviais/ Fluviais
Programa Municipal de Redução de Risco

Título:
Mapa de Suscetibilidade Hidrológica de Santa M. de Jetibá

Responsável técnico:	Elaboração:
Marco Aurélio Costa Caiado Engº Agrônomo, Ph.D. CREA-ES nº 3.757/D	Felipe Zuccolotto Pereira Tecºº em Saneamento Ambiental CREA-ES nº 32.790/D

Escala: 1:4.000

Folha: 1 de 1

Papel: A1

Contratante:

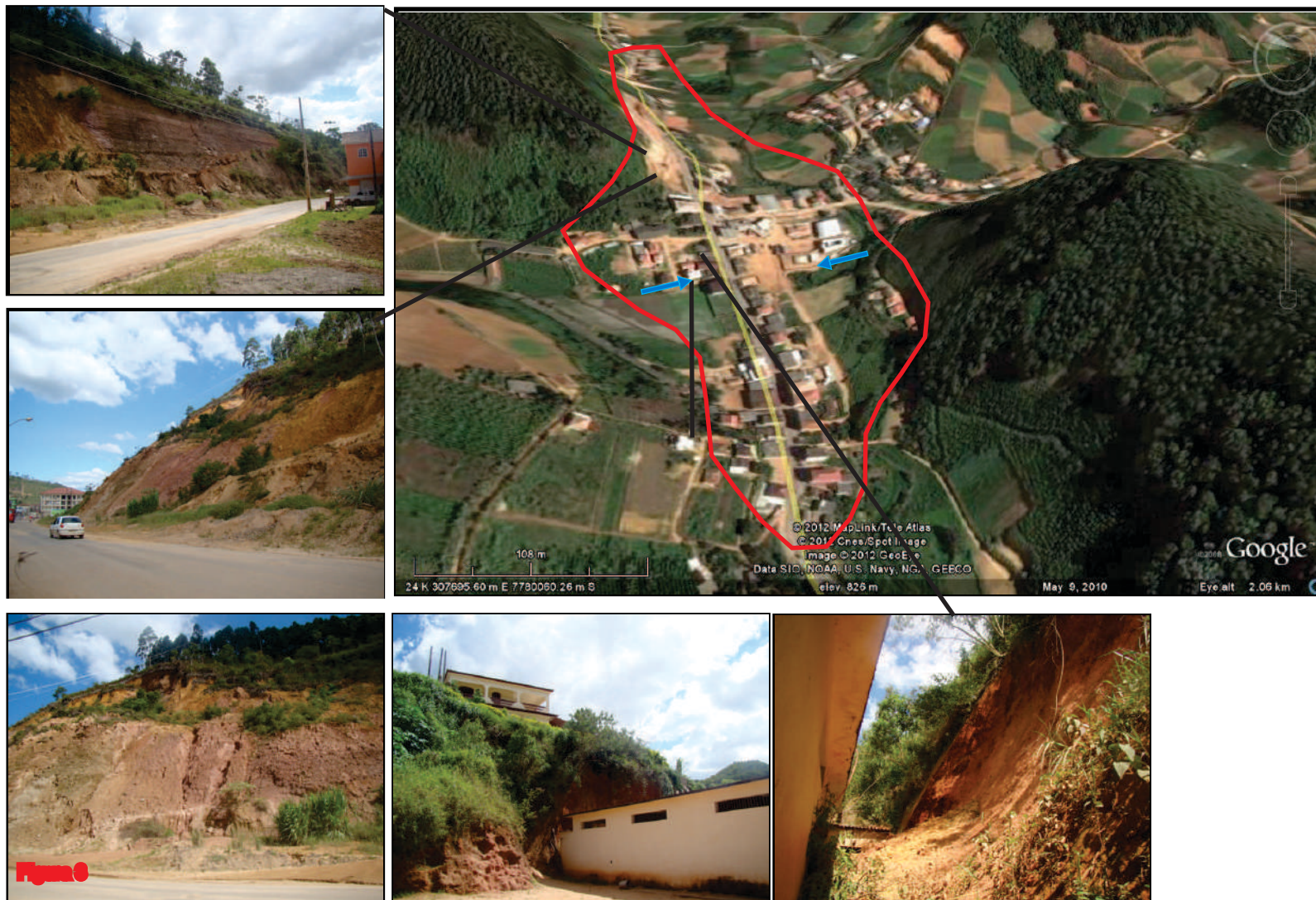
AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

Santa Maria do Jetibá - Espírito Santo

Setor ES_SR_SMJ_08

Localização: Distrito de Rio Possmoser/ Rodovia ES-264

UTM 24 K 307858 E 7779970 S



Descrição: Vale com planície aluvial sujeita a inundações e processos de deslizamentos induzidos pela execução de altos taludes de corte desprovidos de obras de contenção. Salientando-se como mais problemático um caso em que um imenso deslizamento na rodovia ES - 324 (Figuras 1 a 3) com alto potencial de recorrência que colocam em risco duas edificações; e outro caso de um talude de corte desestabilizado, cujo material movimentado atingiu a parede de uma casa, que funciona como creche do bairro (Figuras 4 e 5). Caso haja recorrência do fenômeno nesse local, o deslizamento atingirá uma residência de dois pavimentos, situada à montante. Além desse dois casos, vários outros pontos sujeitos a deslizamentos, que podem atingir moradias, existem no bairro.; área com problemas de enchentes.

Sugestões de Intervenções

- ÿ Retaludamento, revegetação, drenagens de crista e base e obras de contenção e não retirar o material movimentado da base do talude, especialmente no caso do deslizamento no talude de corte da estrada;
- ÿ Em casa de chuva um pouco mais prolongada, os moradores devem sair da área;
- ÿ Ordenamento das águas pluviais;
- ÿ Interditar o prédio da creche e com urgência tomar medidas de contenção do talude, para que um próximo escorregamento não atinja a moradia localizada cerca de 2 metros à montante do talude movimentado.
- ÿ Formação de líderes comunitários treinados para atender e ajudar em caso de emergência;
- ÿ colocar painéis informativos sobre o risco de deslizamentos em caso de chuvas

Legenda

- Delimitação do setor risco com a área de abrangência
- Sentido da drenagem



G E O L Ó G I C O

Cenário de Risco Geológico

As áreas de risco geológico foram retiradas do Programa Municipal de redução de Riscos – PMRR –, estudo realizado pelo consórcio entre as empresas Avantec Engenharia e Zemlya, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB –, e dos mapeamentos realizados pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM.

Estas áreas estão divididas em Setores, e apresentam classificação de R2 – Risco médio, R3 – Risco Alto e R4 – Risco Muito Alto. Conforme descrições:

Serviço Geológico do Brasil – CPRM

Setor 01: Rua Sofia Heinke Erdmman - Bairro São Luis - **R4**

Setor 02: Rua Vinte quatro de junho - Bairro São Luis – **R4**

Setor 03: Rua Kurt Ludwig Kerchoft - Bairro Vila Jetibá – **R4**

Setor 04: Bairro Vila Roos – **R4**

Setor 05: Rua Emilio Schwanbach - Vila dos Italianos – **R4**

Setor 06: Alto São Sebastião – **R4**

Setor 07: Alto São Sebastião - Zona Rural – **R4**

Setor 08: Distrito de Rio Possmoser - Rodovia ES-264 – **R4**

Setor 09: Patio da Prefeitura de SMJ - Rua Dalmácio Espíndula – **R4**

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB

Setor 01: Rua Carlito Hoffman – Beira Rio – **R3**

Setor 02: Rua Herman Miertschink – Centro – **R3**

Setor 03: Rua Gustavo Berger – Centro – **R3**

Setor 04: Cemitério – Centro – **R2**

Setor 05: Rua Florencio A. Berger / Rua Nicolau Renke – Centro – **R3**

Setor 06: Rua Marli Ramlow – São Luis – **R3**

Setor 07: Rua Marli Ramlow – São Luis – **R3**

Setor 08: Rodovia Galerano Afonso Venturini – Rodoviária – **R3**

Setor 09: Rua Augusto Martins Germano Vesper – São Luis – **R3**

Setor 10: Rua Walter Dobruns - São Luiz (pré moldado Tresmann) – **R3**

Cenário de Risco Geológico

Setor 11: Rua Walter Dobruns – São Luiz (Estádio Pomerano) – **R3**

Setor 12: Vila Hammer – São Luiz – **R2**

Setor 13: Rod. Galerano Afonso Venturini com a Rua Carlos G. A. Dobruns – São Luis – **R3**

Setor 14: Rod. Galerano Afonso Venturini (Lecindo Herzog) – São Luis – **R3**

Setor 15: Rod. Galerano Afonso Venturini com R. 24 de Junho – São Luis – **R3**

Setor 16: Rua Rosalva Lopes Jacob – São Luis – **R3**

Setor 17: Rodovia Henrique Eggert – São Sebastião do Meio – **R3**

Setor 18: Rio Possmoser – **R3**

Setor 19: Vila dos Italianos – São Sebastião do Meio – **R3**

Setor 20: Entre a Rua Tércio Correa dos Santos e R. dos Imigrantes – Centro – **R3**

AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

Santa Maria de Jetibá - Espírito Santo
Janeiro 2012

ES_SR_SMJ_01

Localização: Rua Sofia Heinke Erdmman - Bairro São Luis
UTM 24 K 318308 E 7787500 S



Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5

Descrição: Deslizamento planar, que afetou parcialmente uma residência (Figura 1) e existência vários outras sujeitas ao mesmo problema (Figuras 2 e 3), em razão da execução de taludes cortes muito altos e verticalizados, que atingem horizontes de solos geotecnicaamente problemáticos. Além disso, a urbanização ocupa e está se expandindo numa área de vertente côncava, bastante declivosa (figura 4), sustentada por solos argilosos muito pouco permeáveis. Configuração favorável aos movimentos de massa e a que se formem enxurradas de muito alto potencial erosivo e destruidor de obras (Figura 5).

Quantidade de imóveis em risco: Aprox. 50

Quantidade de pessoas em risco: Aprox. 200 pessoas

Sugestões de Intervenções

- ÿ Preservação da mata natural que existe no topo da vertente;
- ÿ Instalação de sistemas de proteção contra vazamentos e infiltração de água no solo;
- ÿ Fazer, com urgência, obras de contenção e de retaludamento nos locais onde as moradias estão localizadas muito próximas de altos taludes de corte;
- ÿ Na execução das obras, deve-se evitar que atinjam a mata aí existente. Tem papel fundamental para minimizar os problemas decorrentes do escoamento superficial;
- ÿ não permitir o adensamento urbano do local
- ÿ Com uma chuva um pouco mais intensa e de longa duração é recomendável a saída dos moradores da área;
- ÿ Palestras ambientais sobre conscientização da necessidade de proteção das encostas e drenagens e da cobertura vegetal;
- ÿ Formação de líderes comunitários treinados para atender e ajudar em caso de emergência.

Legenda

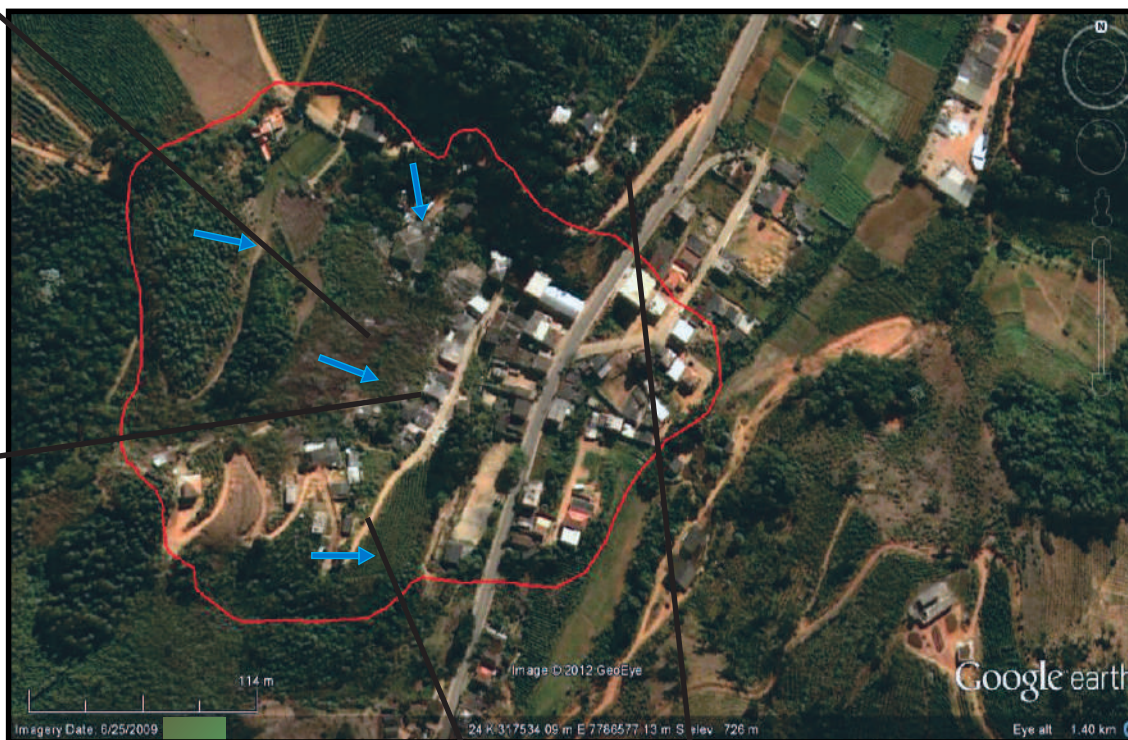
- Delimitação do setor risco com a área de abrangência
- Sentido da drenagem
- Áreas de ocorrência do deslizamento

AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

Santa Maria de Jetibá - Espírito Santo

ES_SR_SMJ_02

Localização: Próximo a rua Vinte quatro de junho - Bairro São Luis
UTM 24 K 317361E 7786531 S



Descrição: Área sujeita a deslizamento planar solo/rocha em função do declive acentuado da encosta e pela condição de solo permeável em contato brusco com sobre substrato rochoso granítico (Figura 1) impermeável e pela condição hídrica de água minando na zona de contato entre dois materiais (Figura 2). Escoamento superficial rápido e sujeito a formar enxurradas de muito alto potencial erosivo (Figura 3) e destruidor de obras. A presença de depósito de tálus, solos coluvionares e exposição de substrato rochoso sugerem que já ocorreu um grande movimento de massa no local. Também existem situações de risco de deslizamento gerados pela execução de cortes profundos que atingem horizontes de solos naturalmente instáveis (Figura 4).

Quantidade de imóveis em risco: Aprox. 60

Quantidade de pessoas em risco: Aprox. 240

Sugestões de Intervenções:

Pela complexidade e pelos custos das obras que terão que ser feitas e pela fragilidade ambiental da área, é recomendável remover as moradias.

Legenda

— Delimitação do setor risco com a área de abrangência



AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

Santa Maria de Jetibá - Espírito Santo

Setor ES_SR_SMJ_03

Localização: Rua Kurt Ludwig Kerchoft - Bairro Vila Jetibá
UTM 24 K 315449 E 7785287 S



Descrição: Zona rural em processo de urbanização, sob encosta com aproximadamente 150m de altura, em vale fechado, na qual não se observa ocorrência de rastejo, ou movimentações naturais, porém a configuração de maciço granítico exposto em contato direto com solo pouco espesso é favorável a ocorrência de deslizamentos planares e queda de lascas nas épocas chuvosas. Observam-se áreas de risco de deslizamentos localizados, induzidos pela execução de cortes de taludes muito altos, íngremes e com exposição de solos e instáveis. Verifica-se a existência de taludes com aproximadamente 10m de altura, alguns a menos de um metro de distância das paredes das construções.

Quantidade de imóveis em risco: 80 residências

Quantidade de pessoas em risco: 400 pessoas

Sugestões de Intervenções

- Eventuais remoções de moradores em caso de chuvas intensas;
- Evitar ocupação urbana desordenada e adensada; desmatar as vertentes um pouco mais declivosas; a impermeabilização de grandes superfícies; a excução de cortes profundos;]
- fazer obras de disciplinamento, coleta e armazenamento das águas das chuvas e de contenção de taludes nos locais de maior risco;
- Palestras ambientais sobre conscientização da necessidade de proteção das encostas e drenagens;
- Formação de líderes comunitários treinados para atender e ajudar em caso de emergência.

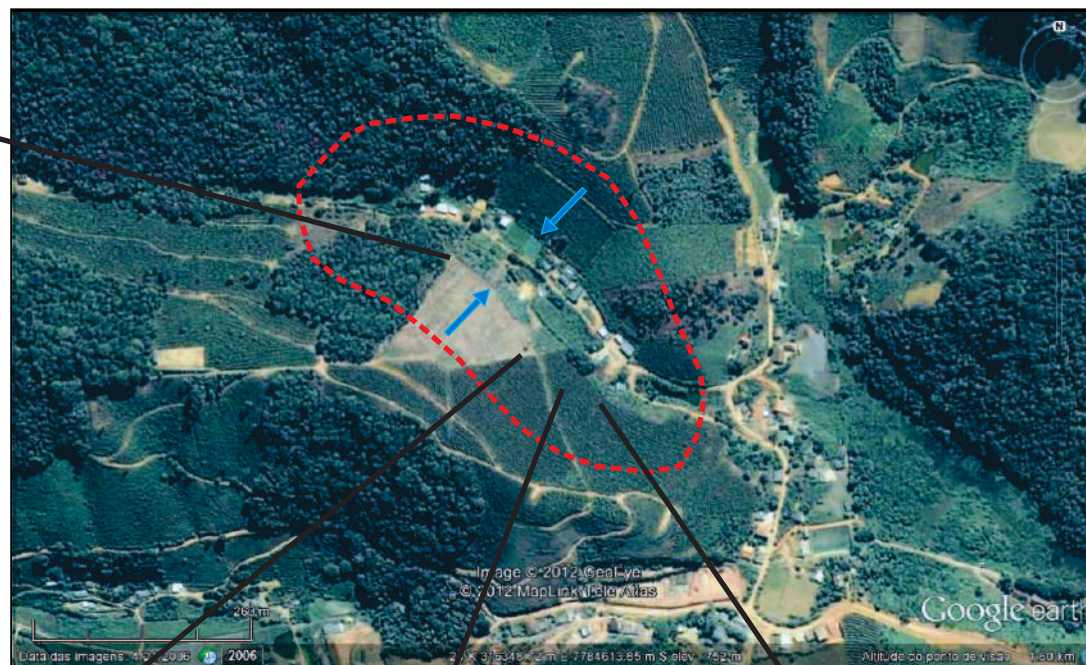
Legenda

- Delimitação do setor risco
- Sentido da drenagem

ACÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

Santa Maria de Jetibá - Espírito Santo

Setor ES_SR_SMJ_04
Localização: Bairro Vila Roos
UTM 24 K 316302 E 7784662 S



Descrição: Encosta com aproximadamente 60m de altura, em vale fechado, na qual não se observa indícios diretos de deslizamentos, porém a configuração do relevo e a situação de solo permeável em contato brusco com substrato rochoso pouco permeável, são favoráveis a que nas épocas chuvosas ocorram movimentos de massa. Observa-se também pequenas áreas de risco iminente de deslizamentos localizados, induzidos pela execução de taludes de corte muito altos e íngremes em moradias situadas na base das encostas.

Quantidade de imóveis em risco: 30 residências

Quantidade de pessoas em risco: 150 pessoas

Sugestões de Intervenções

- Ÿ Drenagens de crista e base da encosta;
- Ÿ Obras de contenção;
- Ÿ Eventuais remoções de moradores em caso de chuvas intensas;
- Ÿ Evitar cortes profundos no terreno;
- Ÿ Evitar ocupação urbana desordenada;
- Ÿ Evitar impermeabilização de grandes áreas;
- Ÿ Providenciar a coleta e armazenamento da água de chuvas;
- Ÿ Ordenamento das águas pluviais;
- Ÿ Palestras ambientais sobre conscientização da necessidade de proteção das encostas e drenagens;
- Ÿ Formação de líderes comunitários treinados para atender e ajudar em caso de emergência.

Legenda

— Delimitação do setor risco

→ Sentido da drenagem

AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

Santa Maria de Jetibá - Espírito Santo

Setor ES_SR_SMJ_05

Localização: Rua Emilio Schwambach - Vila dos Italianos

UTM 24 K 316675 E 7783150 S



Descrição: Situação de risco iminente em caso de chuvas intensas. Encosta de aproximadamente 60m de amplitude onde se observa moradias encaixadas em cortes no pé da encosta, em taludes de aproximadamente 6m de altura, muito íngremes e com solo argiloso exposto em contato direto com embasamento cristalino, o qual apresenta surgências de água. Nota-se localmente escorregamentos entulhando o pequeno vão entre os taludes de corte e as paredes dos fundos das casas, onde observam-se alguns muros já comprometidos e paredes rachadas, que podem levar ao desabamento repentino das moradias afetadas. Área sujeita a enchentes.

Quantidade de imóveis em risco: 12 residências

Quantidade de pessoas em risco: 60 pessoas

Sugestões de Intervenções

- ✓ Remoções de moradores em caso de chuvas intensas;
- ✓ Demolição de casas em situação de maior risco.
- ✓ Obras de contenção;
- ✓ Ordenamento das águas pluviais;
- ✓ Palestras ambientais sobre conscientização da necessidade de proteção das encostas e drenagens;
- ✓ Formação de líderes comunitários treinados para atender e ajudar em caso de emergência;

Legenda

- Delimitação do setor risco
- Sentido da drenagem



AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

Santa Maria de Jetibá - Espírito Santo

Setor ES_SR_SMJ_06
Localização: Alto São Sebastião
UTM 24 K 308801 E 7786985 S



Descrição: Moradia situada no sopé de uma encosta bastante declivosa, com solos transportados, permeáveis em contato brusco com o substrato rochoso pouco permeável e existência blocos e matacões soltos. Situação propícia para a ocorrência de um grande deslizamento que podera atingir a moradia. Além disso, a residência está situada muito próxima ao leito do rio, sujeito a formação de enxurradas de muito alto poder erosivo e destrutivo.

Quantidade de imóveis em risco: 1 residência

Quantidade de pessoas em risco: 5 pessoas

Sugestões de Intervenções

ÿ Devido a situação de alto risco existente e impossibilidade de executar qualquer obra de contenção, recomenda-se a remoção da família para local seguro e demolição da casa.

Legenda

— Delimitação do setor risco

➡ Sentido da drenagem

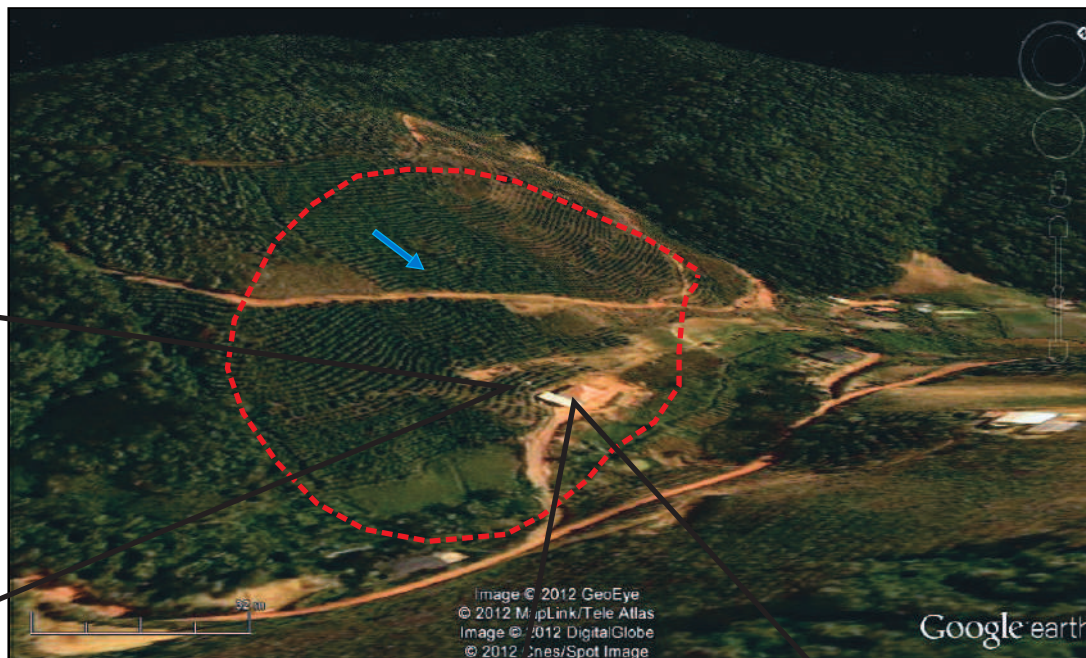
AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

Santa Maria de Jetibá - Espírito Santo

Setor ES_SR_SMJ_07

Localização: Alto São Sebastião - Zona Rural

UTM 24 K 307566 E 7788576 S



Descrição: Zona rural. Moradia seriamente comprometida, sem condição de habitação, por ter sido afetada por material proveniente de deslizamento planar induzido pela exposição de horizontes inferiores de solos de granito em alto e mal executado talude de corte. Possibilidade de rolamentos de blocos e matacões. Moradia situada no sopé de uma encosta côncava bastante declivosa. Configuração favorável a que ocorram grandes movimentos de massa. Existem na região várias outros locais com moradias em situação de risco, devido estarem localizadas muito próximas de altos taludes de corte.

Sugestões de Intervenções

- Devido à possibilidade de recorrência do deslizamento e risco iminente de desabamento da moradia, recomenda-se, com urgência, a remoção da família e a demolição da casa;
- os habitantes da região devem ser orientados para não desmatar; não fazer escavações profundas e não edificar nos sopés de vertentes côncavas, mesmo que não sejam muito declivosas;
- em casos de chuvas intensas ou de longa duração os moradores devem deixar as moradias.

Legenda

— Delimitação do setor

→ Sentido da drenagem

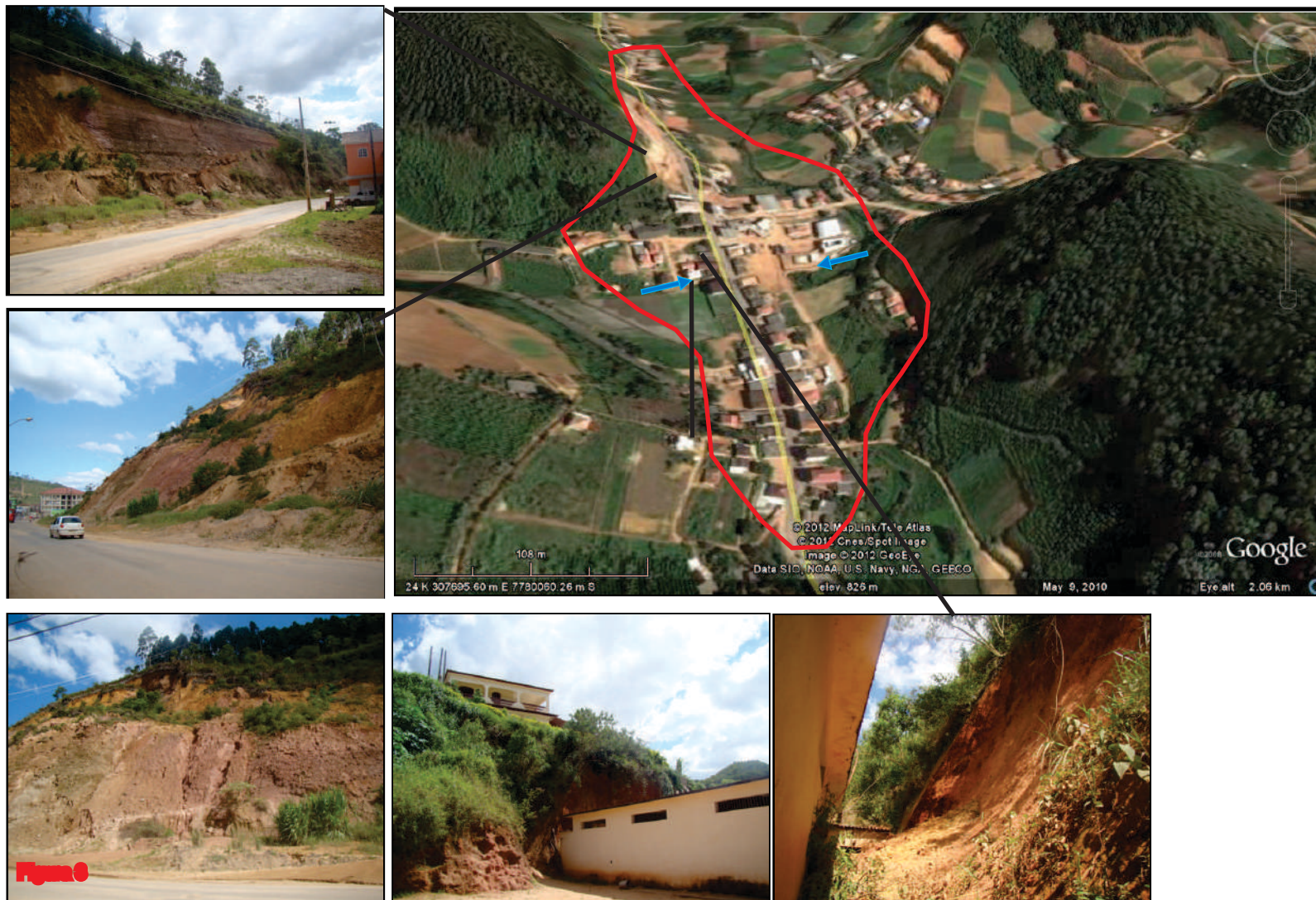
AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

Santa Maria do Jetibá - Espírito Santo

Setor ES_SR_SMJ_08

Localização: Distrito de Rio Possmoser/ Rodovia ES-264

UTM 24 K 307858 E 7779970 S



Descrição: Vale com planície aluvial sujeita a inundações e processos de deslizamentos induzidos pela execução de altos taludes de corte desprovidos de obras de contenção. Salientando-se como mais problemático um caso em que um imenso deslizamento na rodovia ES - 324 (Figuras 1 a 3) com alto potencial de recorrência que colocam em risco duas edificações; e outro caso de um talude de corte desestabilizado, cujo material movimentado atingiu a parede de uma casa, que funciona como creche do bairro (Figuras 4 e 5). Caso haja recorrência do fenômeno nesse local, o deslizamento atingirá uma residência de dois pavimentos, situada à montante. Além desse dois casos, vários outros pontos sujeitos a deslizamentos, que podem atingir moradias, existem no bairro.; área com problemas de enchentes.

Sugestões de Intervenções

- ÿ Retaludamento, revegetação, drenagens de crista e base e obras de contenção e não retirar o material movimentado da base do talude, especialmente no caso do deslizamento no talude de corte da estrada;
- ÿ Em casa de chuva um pouco mais prolongada, os moradores devem sair da área;
- ÿ Ordenamento das águas pluviais;
- ÿ Interditar o prédio da creche e com urgência tomar medidas de contenção do talude, para que um próximo escorregamento não atinja a moradia localizada cerca de 2 metros à montante do talude movimentado.
- ÿ Formação de líderes comunitários treinados para atender e ajudar em caso de emergência;
- ÿ colocar painéis informativos sobre o risco de deslizamentos em caso de chuvas

Legenda

- Delimitação do setor risco com a área de abrangência
- Sentido da drenagem

AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

Santa Maria do Jetibá - Espírito Santo

Setor ES_SR_SMJ_09

Localização: Pátio da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Jetibá / Rua Dalmácio Espíndola
UTM 24 K 317812 E 7783974 S



Descrição: Pátio da Prefeitura Municipal, com deslizamentos em taludes de corte mal executados e danificação de obras por processos erosivos devido a deficiência do sistema de drenagem. Alto potencial de recorrência dos processos de ruptura de talude, os quais podem atingir diretamente duas edificações de atendimento público da prefeitura.

Quantidade de imóveis em risco: Aprox. 6

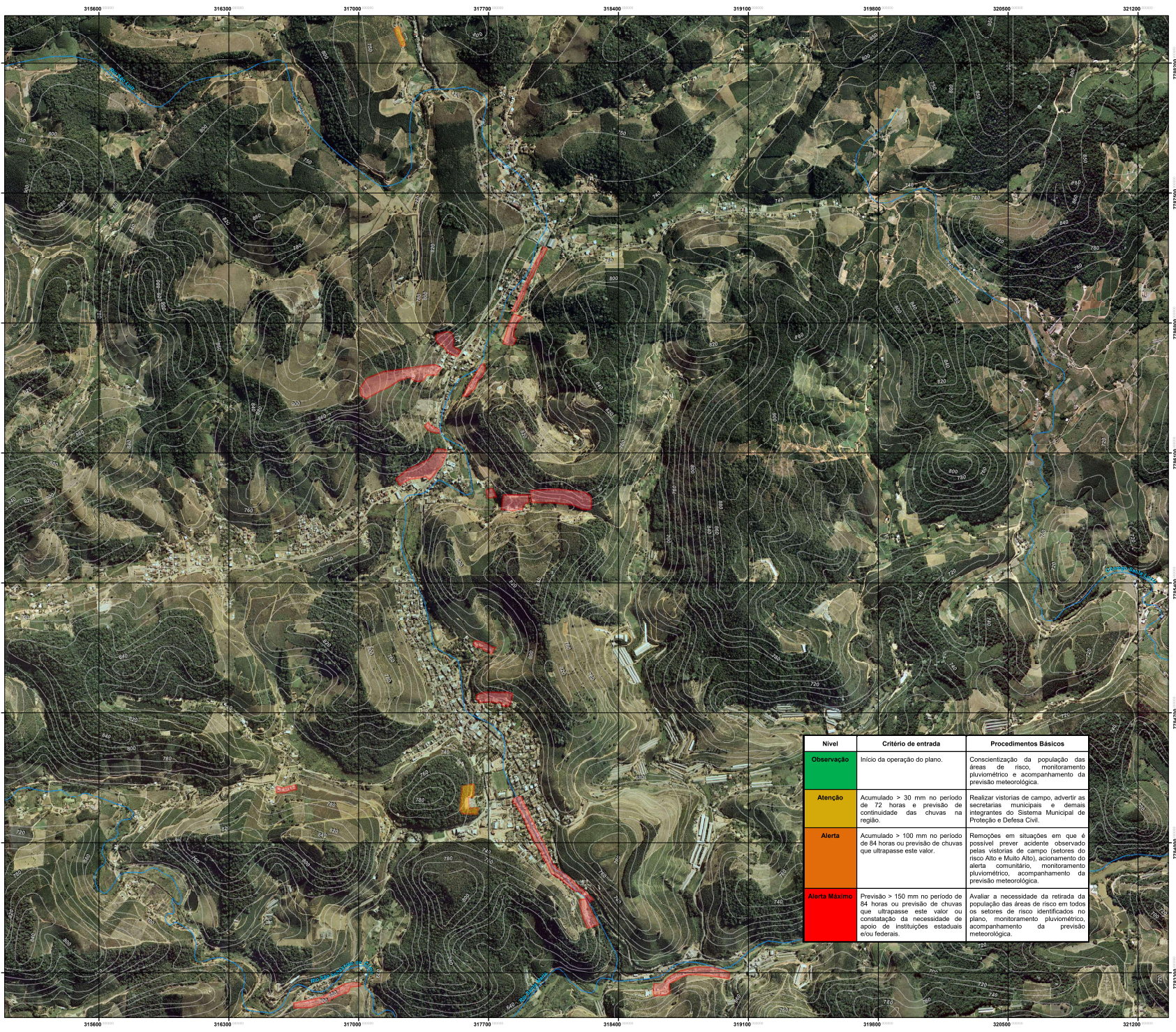
Quantidade de pessoas em risco: Variável, uma vez que se tratam de locais de atendimento público.

Sugestões de Intervenções

• com urgência, fazer obras de contenção de taludes e de redimensionamento das obras de controle das águas das chuvas, de modo que suportem e sejam compatíveis com o grande volume de água e com as fortes, erosivas e destrutivas enxurradas que se formam no local.

Legenda

- Delimitação do setor risco com
- ➔ Sentido da drenagem
-

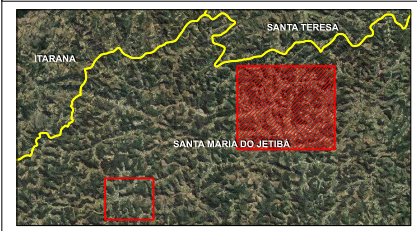


Projeção: Universal Transversa Mercator.
Datum Horizontal: SIRGAS 2000.
Fuso: 24 Hemisfério Sul.

Legenda

- Cursos d'água
 - Curva de nível
 - Limite Municipal
- Grau de Risco Geológico**
- R3 - Risco Alto
 - R2 - Risco Médio

Articulação



Documentação e Referências
IEMA, Ortofotomosaico 1:15.000. 2007/2008.

o	Emissão original	30/04/2014
REV	DESCRIÇÃO	DATA

Projeto: Programa Municipal de Redução de Risco

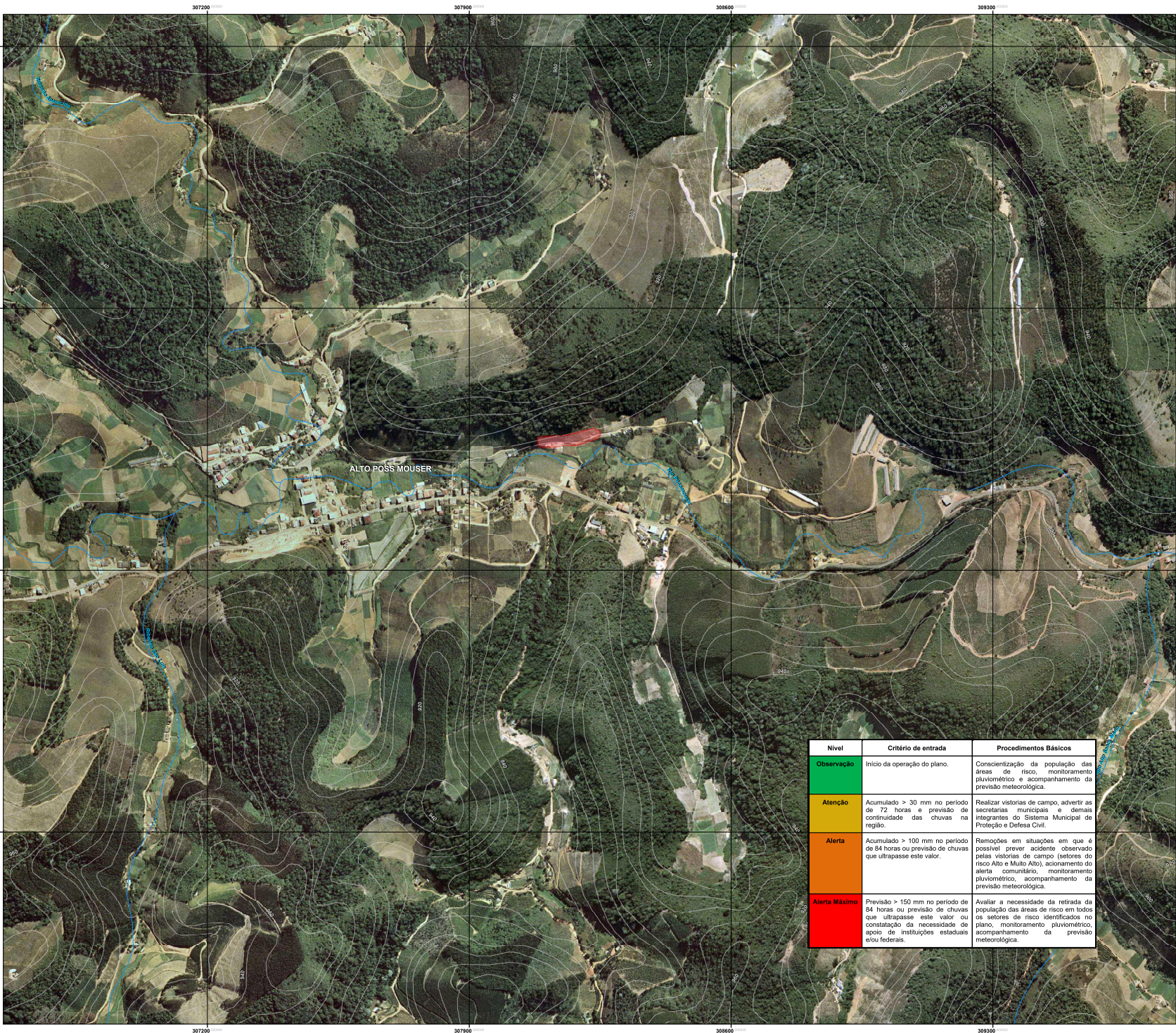
Título: Mapa de Risco Geológico de Santa M. de Jetibá

Responsável técnico:	Elaboração:
Leonardo A. de Souza Engº Geólogo, M.Sc. CREA-MG 78885/D	Felipe Zuccolotto Pereira Tecnº em Saneamento Ambiental CREA-ES nº 32.790/D

Escala: 1:10.000	0 150 300 600 m
Folha: 1 de 2	Local: Santa M. de Jetibá - ES
Papel: A1	Nº: ANEXO I-a
Contratante:	Consórcio:



Nível	Critério de entrada	Procedimentos Básicos
Observação	Início da operação do plano.	Conscientização da população das áreas de risco, monitoramento pluviométrico e acompanhamento da previsão meteorológica.
Atenção	Acumulado > 30 mm no período de 72 horas e previsão de continuidade das chuvas na região.	Realizar vistorias de campo, advertir as secretarias municipais e demais integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.
Alerta	Acumulado > 100 mm no período de 84 horas ou previsão de chuvas que ultrapasse este valor.	Remoções em situações em que é possível prever acidente observado pelas vistorias de campo (setores do risco Alto e Muito Alto), acionamento do alerta comunitário, monitoramento pluviométrico, acompanhamento da previsão meteorológica.
Alerta Máximo	Previsão > 150 mm no período de 84 horas ou previsão de chuvas que ultrapasse este valor ou constatação da necessidade de apoio de instituições estaduais e/ou federais.	Avaliar a necessidade da retirada da população das áreas de risco em todos os setores de risco identificados no plano, monitoramento pluviométrico, acompanhamento da previsão meteorológica.



Projeção: Universal Transversa Mercator.
Datum Horizontal: SIRGAS 2000.
Fuso: 24 Hemisfério Sul.

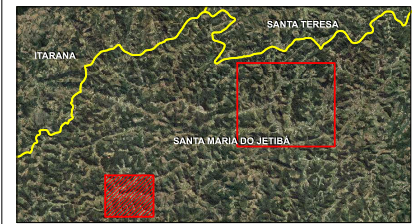
Legenda

- Cursos d'água
- Curva de nível
- Limite Municipal

Grau de Risco Geológico

- R3 - Risco Alto

Articulação



Documentação e Referências

IEMA, Ortofotomosaico 1:15.000. 2007/2008.

o	Emissão original	30/04/2014
REV	DESCRIÇÃO	DATA

Projeto: Programa Municipal de Redução de Risco

Título: Mapa de Risco Geológico de Santa M. de Jetibá

Responsável técnico:	Elaboração:
Leonardo A. de Souza Engº Geólogo, M.Sc. CREA-MG 78885/D	Felipe Zuccolotto Pereira Tecnº em Saneamento Ambiental CREA-ES nº 32.790/D

Escala: 1:10.000 0 100 200 400 m

Folha: 1 de 2 Local: Santa M. de Jetibá - ES

Papel: A1 Nº: ANEXO I-b

Contratante: Consórcio:



Nível	Critério de entrada	Procedimentos Básicos
Observação	Início da operação do plano.	Conscientização da população das áreas de risco, monitoramento pluviométrico e acompanhamento da previsão meteorológica.
Atenção	Acumulado > 30 mm no período de 72 horas e previsão de continuidade das chuvas na região.	Realizar vistorias de campo, advertir as secretarias municipais e demais integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.
Alerta	Acumulado > 100 mm no período de 84 horas ou previsão de chuvas que ultrapasse este valor.	Remoções em situações em que é possível prever acidente observado pelas vistorias de campo (setores do risco Alto e Muito Alto), acionamento do alerta comunitário, monitoramento pluviométrico, acompanhamento da previsão meteorológica.
Alerta Máximo	Previsão > 150 mm no período de 84 horas ou previsão de chuvas que ultrapasse este valor ou constatação da necessidade de apoio de instituições estaduais e/ou federais.	Avaliar a necessidade da retirada da população das áreas de risco em todos os setores de risco identificados no plano, monitoramento pluviométrico, acompanhamento da previsão meteorológica.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 1 DE RISCO

Tabela 8 – Setor 1 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES.

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S1R3 – Es, In	Coordenadas (GPS): x: 318755 m Y: 7786295 m
Referências: O setor está localizado entre a Rod. Dr. Afonso Schuab	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área periurbana	
Padrão Construtivo: médio a baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: diretamente no canal e fossa	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: não pavimentados	
Ambiente morfológico: transição entre área plana adjacente ao canal até a base de uma encosta.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 35)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado e sedimentos depositados ao longo do canal.	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: sedimentos quaternários relacionados ao canal fluvial.	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 4,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da	

cobertura vegetal e solo exposto. Ocupação as margens do canal em trecho naturalmente suscetível a inundações.	
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento pretéritas e marcas de atingimento das cheias.	
Descrição do Processo Geodinâmico	
Tipo: Escorregamento e Inundação	
Materiais Envolvidos: solo residual e sedimentos fluviais	
Dimensões previstas:	> 10,0 m ³ em relação a encosta e 1,5m em relação as cheias
Descrição Complementar: Mesmo se tratando de uma área suscetível a inundações está ocorrendo o adensamento da ocupação.	
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 21
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM	
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)	
Foto 3 – Domicílios sendo construídos nas margens do canal em área suscetível a inundações.	
Foto 4 – A marcas de água das inundações chegam a 1,4m nos domicílios.	
Foto 5 – Continuação do setor mas agora com domicílios na base da encosta.	
Foto 6 – Detalhe para a altura dos taludes e inclinação acentuada.	



Foto 3 – Domicílios sendo construídos nas margens do canal em área suscetível a inundações.



Foto 4 – A marcas de água das inundações chegam a 1,4m nos domicílios.



Foto 5 – Continuação do setor, mas agora com domicílios na base da encosta.



Foto 6 – Detalhe para a altura dos taludes e inclinação acentuada.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 2 DE RISCO

Tabela 9 – Setor 2 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES.

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro: Centro
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S2R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 318223 m Y: 7783623 m
Referências: O setor está localizado entre a Rod. Dr. Afonso Schuab e a R. do Imigrante	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: existente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 90)° entre a base do setor e o talude gerado nos fundos dos domicílios.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 4,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto.	

Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento pretéritas.

Descrição do Processo Geodinâmico

Tipo: Escorregamento

Materiais Envolvidos: solo residual

Dimensões

previstas:

> 10,0m³

Grau de Risco: R3

Número de domicílios: 6

Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO

() SIM

Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)

Foto 7 – Talude de corte instável e domicílios na base.

Foto 8 – Vista oposta em relação ao setor de risco.



Foto 7 – Talude de corte instável e domicílios na base.



Foto 8 – Vista oposta em relação ao setor de risco.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 3 DE RISCO

Tabela 10 – Setor 3 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES.

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro: Centro
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S3R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 317727 m Y: 7784780 m
Referências: R. Florêncio A. Berger	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio a baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: existente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: não pavimentado na crista do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 85)° entre a base do setor e o talude gerado por meio de cortes nos fundos dos domicílios.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 6,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto.	
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento	

pretéritas.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos: solo residual		
Dimensões previstas:	> 20,0m ³	
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 11	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 9 – Setor de risco geológico e desnível do topo em relação a base do talude. Foto 10 – Vista parcial do setor. Via de acesso na crista não pavimentada. Foto 11 – Talude de corte e domicílios que compõem o setor de risco.		



Foto 9 – Setor de risco geológico e desnível do topo em relação a base do talude.



Foto 10 – Vista parcial do setor. Via de acesso na crista não pavimentada.



Foto 11 – Talude de corte e domicílios que compõem o setor de risco.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 4 DE RISCO

Tabela 11 – Setor 4 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES.

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro: Centro
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S4R2 – Er, Es	Coordenadas (GPS): x: 317570 m Y: 7784231 m
Referências: Rod. Dalmácio Espindula, R. Herman Roelke	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: cemitério	
Abastecimento de Água: não se aplica	
Esgotamento Sanitário: não se aplica	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (5 a 35)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados ao longo da encosta com alturas superiores a 2,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto.	
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento	

pretéritas.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento e Erosão		
Materiais Envolvidos: solo residual		
Dimensões previstas:	> 5,0m ³	
Descrição Complementar: (cemitério)		
Grau de Risco: R2	Número de domicílios: 0	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 12 – Área do cemitério e indícios de instabilidade ao longo da encosta.		
Foto 13 – Vista parcial frontal da área.		



Foto 12 – Área do cemitério e indícios de instabilidade ao longo da encosta.



Foto 13 – Vista parcial frontal da área.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 5 DE RISCO

Tabela 12 – Setor 5 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES.

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S5R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 317671 m y: 7785053 m
Referências: R. Florencio A. Berger / R. Nicolau Reinke	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio a baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: existente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 65)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 7,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto.	
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento	

pretéritas.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos: solo residual		
Dimensões previstas:	> 20,0m ³	
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 4	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 14 – Talude de corte e avanço da ocupação.		
Foto 15 – Vista frontal do setor de risco.		



Foto 14 – Talude de corte e avanço da ocupação.



Foto 15 – Vista frontal do setor de risco.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 6 DE RISCO

Tabela 13 - Setor 6 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES.

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro: Centro
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S6R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 318074m y: 7785858 m
Referências: R. Marli Ramlow	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área periurbana	
Padrão Construtivo: baixo	
Abastecimento de Água: irregular	
Esgotamento Sanitário: inexistente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: não pavimentado	
Ambiente morfológico: morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (20 a 65)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados ao longo da encosta com alturas superiores a 4,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto.	
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento	

pretéritas.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos: solo residual		
Dimensões previstas:	> 20,0m ³	
Descrição Complementar: Área que está recebendo novas ocupações em trechos inadequados da encosta.		
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 4	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 16 – Vista parcial do setor. Área sendo ocupada por meio de corte instável e não contidos adequadamente.		
Foto 17 – Vista aproximadamente exemplificando a tipologia de ocupação.		
Foto 18 - Vista aproximadamente exemplificando a tipologia de ocupação.		
Foto 19 – Domicílio de bom padrão construtivo mas com taludes verticais com angulações inadequadas.		



Foto 16 – Vista parcial do setor. Área sendo ocupada por meio de corte instável e não contidos adequadamente.



Foto 17 – Vista aproximadamente exemplificando a tipologia de ocupação.



Foto 18 - Vista aproximadamente exemplificando a tipologia de ocupação.



Foto 19 – Domicílio de bom padrão construtivo mas com taludes verticais com angulações inadequadas.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 7 DE RISCO

Tabela 14 – Setor 7 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES.

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro: Centro
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S7R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 317829 m y: 7785832 m
Referências: R. Marli Ramlow	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio a baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: existente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: parcialmente pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 85)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 5,0m e sem estabilizações adequadas. Construções muito próximas ao talude de corte.	
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento	

pretéritas.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos: solo residual		
Dimensões previstas:	> 30,0m ³	
Descrição Complementar: área também utilizada para fins comerciais.		
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 1	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 20 – Indícios de instabilidade ao longo da encosta com edificações na base.		



Foto 20 – Indícios de instabilidade ao longo da encosta com edificações na base.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 8 DE RISCO

Tabela 15 – Setor 8 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES.

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S8R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 317829 m y: 7785832 m
Referências: Rod. Florêncio Germano Augusto Berger	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: existente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 75)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual pouco alterado / saprolito	
Famílias de descontinuidades (estruturas): esfoliação da rocha	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 20,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto. Área retalhada mas com sistema de drenagem superficial deficiente.	

Indicativos de Movimentação: tombamentos de solo e deslocamentos		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos: solo residual pouco alterado		
Dimensões previstas:	> 20,0m ³	
Descrição Complementar: área adjacente a rodoviária. Talude sendo alterado para ampliação do lote existente.		
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 6	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 21 – Encosta próxima a rodoviária sendo retalhada. Foto 22 – Vista frontal do trecho que está sendo retalhado. Foto 23 – Vista panorâmica do setor de risco. Foto 24 – Vista panorâmica do setor de risco. Notar dimensão do talude. Foto 25 – Vista do talude a partir da base da encosta. Foto 26 – trechos com rupturas em solo ao longo da encosta. Foto 27 – Trecho complementar do setor de risco.		



Foto 21 – Encosta próxima a rodoviária sendo retalhada.



Foto 22 – Vista frontal do trecho que está sendo retaludado.



Foto 23 – Vista panorâmica do setor de risco.



Foto 24 – Vista panorâmica do setor de risco. Notar dimensão do talude.



Foto 25 – Vista do talude a partir da base da encosta.



Foto 26 – trechos com rupturas em solo ao longo da encosta.



Foto 27 – Trecho complementar do setor de risco.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 9 DE RISCO

Tabela 16 – Setor 9 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES.

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S9R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 317829 m y: 7785832 m
Referências: R. Cinquenta e Sete	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: baixo	
Abastecimento de Água: irregular	
Esgotamento Sanitário: inexistente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: não pavimentado	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 90)° entre a base do setor e o talude nos fundos da edificação.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 3,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto.	
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento	

pretéritas.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos: solo residual		
Dimensões previstas:	> 10,0m ³	
Descrição Complementar: ocupação recente e precária		
Grau de Risco: R3	Número de domicílios:1	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 28 – Domicílio de baixo padrão construtivo e corte vertical no talude.		



Foto 28 – Domicílio de baixo padrão construtivo e corte vertical no talude.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 10 DE RISCO

Tabela 17 – Setor 10 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES.

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S10R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 317819 m y: 7786760 m
Referências: R. Cinquenta e Quatro	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: inexistente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: não pavimentado	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 65)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 5,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto.	
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento	

pretéritas.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos: solo residual		
Dimensões previstas:	> 20,0m ³	
Descrição Complementar: área de uso comercial		
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 2	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 29 - Domicílios de baixo padrão construtivo e corte vertical no talude.		
Foto 30 – Indícios de instabilidade ao longo da encosta.		



Foto 29 - Domicílios de baixo padrão construtivo e corte vertical no talude.



Foto 30 – Indícios de instabilidade ao longo da encosta.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 11 DE RISCO

Tabela 18 – Setor 11 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES.

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S11R3 – Sol	Coordenadas (GPS): x: 317914 m y: 7787026 m
Referências: R. Cinquenta e Quatro	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: existente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: área plana	
Inclinação / declividade: 0°.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul) com sedimentos fluviais sobrepostos	
Grau de Alteração do solo/rocha: sedimentos quaternários fluviais	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: ocupação as margens do canal.	
Indicativos de Movimentação: erosão nas margens	
Descrição do Processo Geodinâmico	
Tipo: Solapamento	

Materiais Envolvidos:		
Dimensões previstas:	1,5m	
Descrição Complementar: os domicílios estão sendo construídos adjacentes ao canal fluvial		
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 1	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 31 – Canal após processo de limpeza.		
Foto 32 – Ocupação adjacente ao canal.		



Foto 31 – Canal após processo de limpeza.



Foto 32 – Ocupação adjacente ao canal.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 12 DE RISCO

Tabela 19 – Setor 12 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S12R2 – Es	Coordenadas (GPS): x: 317220 m y: 7788333 m
Referências: Rod. Florêncio Germano Augusto Berger	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: existente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 65)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 5,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto.	
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento	

pretéritas.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos: solo residual		
Dimensões previstas:	> 20,0m ³	
Grau de Risco: R2	Número de domicílios: 1	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 33 - Domicílio de bom padrão construtivo e cortes verticais no talude.		



Foto 33 - Domicílio de bom padrão construtivo e cortes verticais no talude.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 13 DE RISCO

Tabela 20 – Setor 13 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S13R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 317474 m y: 7786680 m
Referências: Rod. Florêncio Germano Augusto Berger com R. Sapucaia	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio a baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: existente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro. Talvegue fechado com a base ocupada.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 60)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 6,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto. Ocupação da linha de drenagem.	

Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento pretéritas.

Descrição do Processo Geodinâmico

Tipo: Escorregamento

Materiais Envolvidos: solo residual

Dimensões

previstas:

> 20,0m³

Grau de Risco: R3

Número de domicílios: 4

Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO

() SIM

Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)

Foto 34 – Ocupação da base do talvegue com cartes verticais com alturas acima de 10,0m.

Foto 35 – Detalhe para talude nos fundos de um domicílio com indícios de instabilidade.



Foto 34 – Ocupação da base do talvegue com cartes verticais com alturas acima de 10,0m.



Foto 35 – Detalhe para talude nos fundos de um domicílio com indícios de instabilidade.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 14 DE RISCO

Tabela 21 – Setor 14 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S14R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 317620 m y: 7786483 m
Referências: Rod. Florêncio Germano Augusto Berger com R. Sapucaia.	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio a baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: existente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 40)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 4,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto.	
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento	

pretéritas.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos: solo residual		
Dimensões previstas:	> 10,0m ³	
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 2	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 36 - Domicílio de baixo padrão construtivo e cortes verticais no talude. Foto 37 - Vista aproximada de parte do setor de risco. Foto 38 – Vista aproximada complementar de parte do setor de risco.		



Foto 36 - Domicílio de baixo padrão construtivo e cortes verticais no talude.



Foto 37 - Vista aproximada de parte do setor de risco.



Foto 38 – Vista aproximada complementar de parte do setor de risco.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 15 DE RISCO

Tabela 22 – Setor 15 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S15R3 – Es, Cm	Coordenadas (GPS): x: 317221m y: 7786506 m
Referências: Rod. Florêncio Germano Augusto Berger	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio a baixo	
Abastecimento de Água: irregular	
Esgotamento Sanitário: existente e precário em alguns trechos	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 55)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado, afloramentos de rocha sã e pacotes de aterro no topo para abertura das vias de acesso.	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas no solo residual	
Depósitos de Cobertura: aterros lançados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 3,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto. Ampliação do loteamento a montante e	

lançamentos de aterro para abertura de vias.		
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento pretéritas, trincas no terreno.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento, Corrida de Massa.		
Materiais Envolvidos: solo residual e aterro		
Dimensões previstas:	> 20,0m ³	
Descrição Complementar: a ocupação está sendo ampliada para trechos com maior suscetibilidade a movimentos de massa.		
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 9	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 39 – Sinais de instabilidade a montante do setor de risco. Trincas no aterro. Foto 40 – Trincas no aterro a montante do setor de risco. Foto 41 – Via de acesso recentemente pavimentada a montante do setor. Foto 42 – Detalhe para contato entre o aterro e maciço rochoso impermeável.		



Foto 39 – Sinais de instabilidade a montante do setor de risco. Trincas no aterro.



Foto 40 – Trincas no aterro a montante do setor de risco.



Foto 41 – Via de acesso recentemente pavimentada a montante do setor.



Foto 42 – Detalhe para contato entre o aterro e maciço rochoso impermeável.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 16 DE RISCO

Tabela 23 – Setor 16 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S16R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 317391m y: 7786219 m
Referências: Rod. Florencio Germano Augusto Berger.	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: existente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (10 a 55)° entre a base do setor e os taludes nos fundos dos domicílios.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 4,0m e sem estabilizações adequadas.	
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento pretéritas.	

Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos: solo residual		
Dimensões previstas:	> 10,0m ³	
Descrição Complementar: colocação de lona indica processos geodinâmicos ativos.		
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 2	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 43 – Lona preta instalada nos fundos de um dos domicílios do setor após deslizamento.		
Foto 44 – Vista aproximada em relação ao trecho onde ocorreu deslizamento.		



Foto 43 – Lona preta instalada nos fundos de um dos domicílios do setor após deslizamento.



Foto 44 – Vista aproximada em relação ao trecho onde ocorreu deslizamento.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 17 DE RISCO

Tabela 24 – Setor 17 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S17R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 316610 m y: 77784276 m
Referências: Rod. Florencio Germano Augusto Berger.	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio a baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: existente	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado na base do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 80)° entre a base do setor e os taludes nos fundo dos domicílios.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 5,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto. Domicílios muito próximos a base dos taludes.	

Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento pretéritas.

Descrição do Processo Geodinâmico

Tipo: Escorregamento

Materiais Envolvidos: solo residual

Dimensões

previstas:

> 10,0m³

Grau de Risco: R3

Número de domicílios: 5

Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO

() SIM

Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)

Foto 45 – Taludes de corte com alturas acima de 5,0m.

Foto 46 – Vista frontal com detalhe para a distância dos domicílios em relação ao talude.



Foto 45 – Taludes de corte com alturas acima de 5,0m.



Foto 46 – Vista frontal com detalhe para a distância dos domicílios em relação ao talude.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 18 DE RISCO

Tabela 25 – Setor 18 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro: área rural – Alto Possmouse
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S18R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 308165 m y: 7780140 m
Referências: Rod. Dalmácio Espíndula.	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área rural - Distrito	
Padrão Construtivo: médio a baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: fossa	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado próximo a base do setor.	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 70)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual pouco alterado na base	
Famílias de descontinuidades (estruturas): incipientes relacionadas a esfoliação da rocha alterada	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 12,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto.	

Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento pretéritas.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos: solo residual		
Dimensões previstas:	> 30,0m ³	
Descrição Complementar: a cobertura vegetal no topo minimiza, mas não impede a ocorrência de movimentos de massa.		
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 4	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 47 – Ocupação na base da base a partir de cortes verticalizados.		
Foto 48 – Talude de corte não estabilizado.		



Foto 47 – Ocupação na base da base a partir de cortes verticalizados.



Foto 48 – Talude de corte não estabilizado.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 19 DE RISCO

Tabela 26 – Setor 19 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro: área rural
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S19R3 – Es	Coordenadas (GPS): x: 316843 m y: 7783164 m
Referências: Rod. Dalmácio Espíndula.	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: precário	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: não pavimentado	
Ambiente morfológico: transição entre área plana na base e morro.	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 65)° entre a base do setor e a encosta a montante deste.	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: solo residual alterado em contato com rocha sã resistente	
Famílias de descontinuidades (estruturas): esfoliação da rocha	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: cortes verticalizados na base da encosta com alturas superiores a 4,0m e sem estabilizações adequadas. Remoção da cobertura vegetal e solo exposto. Diferença de permeabilidade entre o solo	

residual e o substrato rochoso.		
Indicativos de Movimentação: feições erosivas e cicatrizes de escorregamento pretéritas.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Escorregamento		
Materiais Envolvidos:		
Dimensões previstas:	> 30,0m ³	
Grau de Risco: R3	Número de domicílios: 8	
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 49 – Vista parcial do setor de risco. Substrato rochoso na base impermeável e solo residual instável. Indícios de movimentação do terreno.		
Foto 50 - Vista parcial do setor de risco. Substrato rochoso na base impermeável e solo residual instável. Indícios de movimentação do terreno.		
Foto 51 - Vista parcial do setor de risco. Substrato rochoso na base impermeável e solo residual instável. Indícios de movimentação do terreno e domicílios de baixo padrão construtivo.		
Foto 52 - Vista parcial do setor de risco. Substrato rochoso na base impermeável e solo residual instável. Indícios de movimentação do terreno e domicílios de baixo padrão construtivo.		
Foto 53 - Vista frontal do setor de risco. Substrato rochoso na base impermeável e solo residual instável. Indícios de movimentação do terreno e domicílios de baixo padrão construtivo.		



Foto 49 – Vista parcial do setor de risco. Substrato rochoso na base impermeável e solo residual instável. Indícios de movimentação do terreno.



Foto 50 - Vista parcial do setor de risco. Substrato rochoso na base impermeável e solo residual instável. Indícios de movimentação do terreno.



Foto 51 - Vista parcial do setor de risco. Substrato rochoso na base impermeável e solo residual instável. Indícios de movimentação do terreno e domicílios de baixo padrão construtivo.



Foto 52 - Vista parcial do setor de risco. Substrato rochoso na base impermeável e solo residual instável. Indícios de movimentação do terreno e domicílios de baixo padrão construtivo.



Foto 53 - Vista frontal do setor de risco. Substrato rochoso na base impermeável e solo residual instável. Indícios de movimentação do terreno e domicílios de baixo padrão construtivo.

SANTA MARIA DE JETIBÁ – SETOR 20 DE RISCO

Tabela 27 – Setor 20 de risco geológico – geotécnico do Município de Santa Maria de Jetibá – ES

FICHA DE CAMPO	
Município: Santa Maria do Jetibá – ES.	Bairro:
Equipe: Leonardo Souza, Halysson Mendes	Data da Avaliação: 2013
Denominação do Setor: S20R3 – Ex, Sol	Coordenadas (GPS): x: 317994 m y: 7783947 m
Referências: Rod. Dalmácio Espíndula	
Caracterização do Setor de Risco	
Tipologia do Uso e Ocupação do Solo: Área urbana	
Padrão Construtivo: médio a baixo	
Abastecimento de Água: regular	
Esgotamento Sanitário: diretamente no canal	
Sistema de Drenagem Superficial: inexistente em relação a encosta e inexistente em relação as vias de acesso.	
Sistema Viário: pavimentado no entorno setor.	
Ambiente morfológico: área plana adjacente ao canal	
Inclinação / declividade: A declividade do setor vai de (0 a 3°)	
Substrato Rochoso (Litologia): O setor está localizado em uma área de NPps (Complexo Paraíba do Sul).	
Grau de Alteração do solo/rocha: afloramento de rocha sã ao longo do canal e camadas de aterro nas bordas ocupadas.	
Famílias de descontinuidades (estruturas): não observadas	
Depósitos de Cobertura: não observados	
Agentes Potencializadores: ocupação as margens do canal em trecho suscetível a enxurradas em decorrência da velocidade do fluxo nos períodos de chuva.	
Indicativos de Movimentação: erosões nas margens e níveis de atingimento	

nos períodos de cheias.		
Descrição do Processo Geodinâmico		
Tipo: Enxurrada e Solapamento		
Materiais Envolvidos: aterros.		
Dimensões previstas:	2,0 de elevação no N.A.	
Grau de Risco: R3		Número de domicílios: 46
Há necessidade de ações emergenciais?: (XXX) NÃO () SIM		
Observações (incluindo descrição de fotos obtidas no local)		
Foto 54 – Trecho final do canal na área da sede. Suscetibilidade a ocorrência de enxurradas e solapamentos e ocupação das margens.		



Foto 54 – Trecho final do canal na área da sede. Suscetibilidade a ocorrência de enxurradas e solapamentos e ocupação das margens.



DEFESA CIVIL
SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES

**A
B
R
I
G
O
S**

Abrigos

Instituição	Endereço e Contato
Escola Estadual Graça Aranha	Rua Alfredo Potratz, Centro Telefone: (27) 99579-1360
Escola Municipal de Ensino Fundamental – Vila Jetibá	Rua Vera Stange, Vila Jetibá Telefone: (27) 3263-4363 (ramal - 1112)
Ginásio Poliesportivo Hermann Roelke	Rua Alfredo Potratz, Centro Telefone: (27) 3263-4807
Quadra Eitel Küster – São Luis	Rua Henrique João Julio Kuster, São Luis Telefone: (27) 3263-4807
Ginásio de Esportes Alberto Ricardo Raasch – Belém	Rodovia ES-264, Belém Telefone: (27) 3263-4807

Abrigos

FICHA DE CADASTRO DE ABRIGO

Local: ESCOLA ESTADUAL GRAÇA ARANHA

Capacidade total do abrigo: 100 pessoas

1 - Dados da instituição:

Direção	
Nome:	Camilo Pauli Dominicini
Endereço:	Centro
Telefone:	Lista Interna

Responsável pelas Chaves	
Nome:	Marcelo Cantão
Endereço:	Centro
Telefone:	Lista Interna
Nome:	Camilo Pauli Dominicini
Endereço:	Centro
Telefone:	Lista Interna
Nome:	Sayonara Souza Taffner
Endereço:	Centro
Telefone:	Lista Interna
Nome:	Bruno Brandion Silva
Endereço:	São Luis
Telefone:	Lista Interna

Responsável pela Cozinha	
Nome:	Camilo Pauli Dominicini
Endereço:	Centro
Telefone:	Lista Interna

Responsável pela Limpeza	
Nome:	Camilo Pauli Dominicini
Endereço:	Centro
Telefone:	Lista Interna

Quantidade de salas disponíveis: 35

Quantidade de banheiros: 22

Possui Chuveiros?

☒ Sim, quantos: 6 ☐ Não ☐ Possui local para instalação, quantos:

Possui refeitório?

☒ Sim, quantidade de mesas para uso: 12 ☐ Não

Abrigos

Possui Cozinha?

☒ Sim: 02 ☐ Não

Equipamentos existentes?

☒ Fogão – Quantidade: **03**

☒ Geladeira – Quantidade: **04**

Abrigos

FICHA DE CADASTRO DE ABRIGO

Local: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – VILA JETIBÁ

Capacidade total do abrigo: 30 pessoas

1 - Dados da instituição:

Direção	
Nome:	Ligiane Passigate Baldotto Bravim
Endereço:	Vila Nova
Telefone:	Lista Interna

Responsável pelas Chaves	
Nome:	Antônio Pedro dos Reis
Endereço:	Vila Nova
Telefone:	Lista Interna

Responsável pela Cozinha	
Nome:	Cecília Luiza Ribeiro da Silva
Endereço:	São Luís
Telefone:	Lista Interna

Responsável pela Limpeza	
Nome:	Natália Francisca de Oliveira
Endereço:	Vila Jetibá
Telefone:	Lista Interna

Quantidade de salas disponíveis: 08

Quantidade de banheiros: 04

Possui Chuveiros?

☒ Sim, quantos: 04 ☐ Não ☐ Possui local para instalação, quantos: ____

Possui refeitório?

☒ Sim, quantidade de mesas para uso: 06 ☐ Não

Possui Cozinha?

☒ Sim: 01 ☐ Não

Equipamentos existentes?

☒ Fogão – Quantidade: 01

☒ Geladeira – Quantidade: 02

Abrigos

FICHA DE CADASTRO DE ABRIGO

Local: GINÁSIO POLIESPORTIVO HERMANN ROELKE

Capacidade total do abrigo: 100 pessoas

1 - Dados da instituição:

Direção	
Nome:	Jean Fabian Freire
Endereço:	Centro
Telefone:	Lista Interna

Responsável pelas Chaves	
Nome:	Ademilson Paiva Amorim
Endereço:	Centro (Virada)
Telefone:	Lista Interna

Responsável pela Limpeza	
Nome:	Ademilson Paiva Amorim
Endereço:	Centro (Virada)
Telefone:	Lista Interna

Quantidade de salas disponíveis: 03

Quantidade de banheiros: 04

Possui Chuveiros?

☒ Sim, quantos: 04 ☐ Não ☐ Possui local para instalação, quantos: _____

Possui refeitório?

☐ Sim, quantidade de mesas para uso: 00 ☒ Não

Possui Cozinha?

☒ Sim: 01 ☐ Não

Equipamentos existentes?

☒ Fogão – Quantidade: 01

☒ Geladeira – Quantidade: 01

Abrigos

FICHA DE CADASTRO DE ABRIGO

Local: QUADRA EITEL KÜSTER – SÃO LUIS

Capacidade total do abrigo: 100 pessoas

1 - Dados da instituição:

Direção	
Nome:	Jean Fabian Freire
Endereço:	Centro
Telefone:	Lista Interna

Responsável pelas Chaves	
Nome:	Maria da Paixão Barbosa da Rocha
Endereço:	São Luis
Telefone:	Lista Interna

Responsável pelas Chaves	
Nome:	Marcelo Pereira Silva
Endereço:	São Luis
Telefone:	Lista Interna

Responsável pela Limpeza	
Nome:	Querobim Barbosa Alves
Endereço:	São Luis
Telefone:	Lista Interna

Quantidade de salas disponíveis: 01

Quantidade de banheiros: 04

Possui Chuveiros?

☒ Sim, quantos: 08 ☐ Não ☐ Possui local para instalação, quantos: ____

Possui refeitório?

☐ Sim, quantidade de mesas para uso: 00 ☒ Não

Possui Cozinha?

☐ Sim: 00 ☒ Não

Equipamentos existentes?

☐ Fogão – Quantidade: 00

☐ Geladeira – Quantidade: 00

Abrigos

Local: GINÁSIO DE ESPORTES ALBERTO RICARDO RAASCH

Capacidade total do abrigo: 100 pessoas

1 - Dados da instituição:

Direção	
Nome:	Jean Fabian Freire
Endereço:	Centro
Telefone:	Lista Interna

Responsável pelas Chaves	
Nome:	Aurélio Saick
Endereço:	Belém
Telefone:	Lista Interna

Responsável pela Limpeza	
Nome:	Jeremias Boldt
Endereço:	Belém
Telefone:	Lista Interna

Quantidade de salas disponíveis: 01

Quantidade de banheiros: 04

Possui Chuveiros?

☒ Sim, quantos: 04 ☐ Não ☐ Possui local para instalação, quantos: ____

Possui refeitório?

☐ Sim, quantidade de mesas para uso: 00 ☒ Não

Possui Cozinha?

☐ Sim: 00 ☒ Não

Equipamentos existentes?

☐ Fogão – Quantidade: 00

☐ Geladeira – Quantidade: 00

RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA
PREFEITO
GAB - SEGAB - PMSMJ
assinado em 07/05/2026 21:04:20 -03:00

GERALDO SEBASTIÃO THOMAS
SECRETARIO
GAB - SEGAB - PMSMJ
assinado em 20/05/2026 07:21:32 -03:00

LUIZ RICARDO DE SOUZA ALTOÉ
SECRETARIO
GAD - SECADM - PMSMJ
assinado em 08/05/2026 09:47:14 -03:00

NICOLAS VARGAS TEIXEIRA
GERENTE
SUCOM - SECADM - PMSMJ
assinado em 07/05/2026 14:41:58 -03:00

PRISCILA JACOB KNAAK
CONTROLADOR GERAL INTERNO
CG - CGI - PMSMJ
assinado em 08/05/2026 16:50:21 -03:00

CARLOS ALBERTO JARSKE
SECRETARIO
GABSESA - SECSAU - PMSMJ
assinado em 08/05/2026 07:06:22 -03:00

ALESSANDRO OLIVEIRA DE SOUZA
SECRETARIO
GABSESU - SECURB - PMSMJ
assinado em 07/05/2026 16:55:00 -03:00

ADRIANO HAESE
SECRETARIO
GABSIN - SECINT - PMSMJ
assinado em 12/05/2026 08:25:52 -03:00

PAULO ROGERIO DO CARMO BARBOZA
SECRETARIO
GABDS - SEDES - PMSMJ
assinado em 07/05/2026 15:01:47 -03:00

ALEXANDRE FORTUNATO RIBEIRO
CIDADÃO
assinado em 11/05/2026 00:09:37 -03:00

FERNANDO SCARDUA BINDA
SUBSECRETARIO
SOINF - SECOBR - PMSMJ
assinado em 07/05/2026 14:37:54 -03:00

RAPHAEL NARDOTO BARBOZA
SUBCOMANDANTE DE UNIDADE FGBM
BM6BBM - CBMES - GOVES
assinado em 13/05/2026 16:17:53 -03:00

RAFAEL BOZANI PIMENTEL
VICE-PREFEITO
GVICE - SEGAB - PMSMJ
assinado em 07/05/2026 16:07:07 -03:00

BRUNO AUGUSTO VIEIRA PAGEL
COORDENADOR
CMPDC - SEDES - PMSMJ
assinado em 20/05/2026 12:27:32 -03:00

VALDECIR JACOB
SECRETARIO
GAF - SEFAZ - PMSMJ
assinado em 07/05/2026 14:49:24 -03:00

CESAR GERALDO SCALZER
SECRETARIO
GAJ - SECJUR - PMSMJ
assinado em 08/05/2026 07:52:16 -03:00

VANUSA MARIA SARNAGLIA SCHEREDER
SECRETARIO
GAE - SECEDU - PMSMJ
assinado em 07/05/2026 15:00:59 -03:00

SARIANNA GAVA WOELFFEL PIENEGONDA
SECRETARIO
GABSETRADS - SETDAS - PMSMJ
assinado em 07/05/2026 15:10:03 -03:00

VANDERLEI MARQUEZ
SECRETARIO
GASEG - SECAGR - PMSMJ
assinado em 08/05/2026 09:14:29 -03:00

MAYARA COUTO DE LIMA
SECRETARIO
GSEMA - SECMAM - PMSMJ
assinado em 07/05/2026 14:45:43 -03:00

THALES GUSTAVO PEREIRA MATIAS VAZ
COMANDANTE DA COMPANHIA INDEPENDENTE-CIA IND FGPM
PM08CIAIND - PMES - GOVES
assinado em 11/05/2026 16:01:44 -03:00

CLEVERSON ALTIERRY CALLOTT
CIDADÃO
assinado em 07/05/2026 16:44:20 -03:00

MIRIAN BAUSEN BOLDT
ASSESSOR
GABPP - SECPLA - PMSMJ
assinado em 07/05/2026 15:19:24 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 20/05/2026 12:27:32 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARCELO DIAS PEREIRA (AGENTE DE DEFESA CIVIL - CMPDC - SEDES - PMSMJ)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-WMWGDDQ>